



ACADEMIA MILITAR

AGRESSÕES A AGENTES DA AUTORIDADE

DESTACAMENTO TERRITORIAL DE SINTRA: ESTUDO DE CASO

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Humberto Serrano Galego

Orientador: Major de Infantaria da GNR Mário José Machado Guedelha

Coorientadora: Capitão de infantaria da GNR Ana Sofia de Sousa Guedes Vaz

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2013



ACADEMIA MILITAR

AGRESSÕES A AGENTES DA AUTORIDADE

DESTACAMENTO TERRITORIAL DE SINTRA: ESTUDO DE CASO

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Humberto Serrano Galego

Orientador: Major de Infantaria da GNR Mário José Machado Guedelha

Coorientadora: Capitão de infantaria da GNR Ana Sofia de Sousa Guedes Vaz

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2013

Dedicatória

À minha querida avó,
que sei que sempre continuará a olhar por mim.

Aos meus pais
pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida,

e ao meu irmão,
por ser o meu ídolo.

Agradecimentos

Este trabalho é resultado do contributo inestimável de várias pessoas e entidades, às quais agradeço publicamente todo o meu apreço e mais profundo reconhecimento:

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Major Mário Guedelha, meu orientador, fundamental para o aperfeiçoamento deste trabalho e pelas constantes palavras de motivação e de força, demonstrando-me que sem esforço não se atingem objetivos.

À Capitã Ana Vaz, minha coorientadora, pela inconfundível disponibilidade manifestada em todos os momentos, assim como pela forma dedicada e compreensiva como me apoiou ao longo de todo o trabalho.

Ao Capitão Paulo Gomes, Comandante do Destacamento Territorial de Sintra, que amavelmente me recebeu e proporcionou a realização do trabalho de campo.

Ao Tenente Emanuel Massa, Comandante do Subdestacamento Territorial de Alcabideche pelo seu apoio e partilha de conhecimentos.

Ao Tenente Mário Pinto, Comandante do Subdestacamento Territorial de Sintra, pelo seu apoio e contributo no esclarecimento de dúvidas.

Aos Comandantes dos Postos Territoriais de Colares e de Pêro Pinheiro que prontamente se disponibilizaram a fornecer informações.

A todos os entrevistados que contribuíram com o seu testemunho.

À Academia Militar, instituição que forjou em mim os valores inerentes à condição militar.

Ao 18º curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, meu curso, ao qual tenho orgulho em pertencer.

À minha família, nomeadamente aos meus pais e irmão, pelo apoio e compreensão ao longo dos últimos 5 anos.

Agradeço ainda àqueles que não se encontram aqui presentes mas que de forma direta ou indireta contribuíram para a minha formação.

Resumo

A presente investigação intitulada “Agressões a Agentes da Autoridade” versa sobre um estudo de caso realizado na área do Destacamento Territorial de Sintra da Guarda Nacional Republicana. Esta temática assume particular relevância porquanto acarreta consequências diretas nas vítimas, no funcionamento da Instituição e na qualidade do serviço prestado, podendo em última instância afetar a confiança na Guarda e o sentimento de segurança no seio da sociedade.

O principal objetivo da investigação visa caracterizar a evolução das agressões cometidas contra os militares no exercício das suas funções ou correlacionadas com estas e determinar, o sentido dessa evolução num período de três anos.

No sentido do cumprimento dos objetivos elaborámos a questão central ou de partida, fio condutor da investigação e da qual emergiram as questões derivadas e, um agregado de hipóteses que permitiram nortear a investigação. A metodologia assenta numa intensa análise bibliográfica, refletida em dois capítulos teóricos e conceituais alusivos à temática e antecâmara argumentativa da consolidação empírica. O trabalho de campo compreendeu a análise documental dos autos de notícia de crimes relativos às agressões cometidas contra os militares, no último triénio, complementada através da realização de entrevistas a militares agredidos.

Concluímos que existiu um aumento das agressões físicas e diminuição de agressões verbais aos militares da Guarda no período em análise. Acresce que os meios utilizados nas agressões têm vindo a diversificar-se e verificámos ainda um aumento de violência, com o conseqüente agravamento das conseqüências.

Por último, as situações de flagrante delito consubstanciaram-se nos momentos mais propícios à ocorrência de agressões contra os militares da Guarda. Quanto ao agressor caracteriza-se por ter entre os 21 e os 30 anos, todavia aferimos a tendência para agressores com faixas etárias mais elevadas.

Palavras-chave: Agressão; Vítima; Militar GNR; Sintra.

Abstract

The present research entitled "Assaults on Law Enforcement Officials" focus on a case study within the geographic area of Sintra Territorial Unit of the National Guard. This issue is particularly relevant once it can bring direct consequences to the victims, to the functioning of the institution and to the quality of service, and it can ultimately affect the confidence of people in the National Guard and in the feeling of security within the population.

The main objective of this research is to characterize the evolution of the assaults against the military personnel whilst they were performing their duties and also to characterize other type of attacks connected with those assaults and to determine the direction that evolution is taking over a period of three years.

In order to achieve those goals there was the need to think of a main question which should work as the guiding line for the research from which other questions and hypothesis were then formulated. The methodology was based upon intensive literature review, then reflected in two theoretical and conceptual chapters. The field work included the analysis of official reports regarding crimes committed against military personnel, over the last three years, and it was completed with a set of interviews to military personnel who experienced being assaulted themselves.

It could then be concluded that, for the period analyzed in this study, there was both an increase in physical assaults and a decrease in terms of verbal assaults. Moreover, the means used in the attacks have been diversifying and the increase of violence is also a reality, along with the consequent worsening of consequences.

Finally, it can be stated that the situations of people caught in the act happened in the exact time when most assaults on the military personnel of the National Guard were taking place. Regarding the profile of the offender, it can only be added that the offenders age ranges from 21 to 30 years.

Keywords: Aggression; Victim; GNR personnel; Sintra.

Índice Geral

| | |
|--|------------|
| Dedicatória | ii |
| Agradecimentos | iii |
| Resumo | iv |
| Abstract | v |
| Índice Geral..... | vi |
| Índice de Figuras | ix |
| Índice de Quadros..... | x |
| Lista de Apêndices e Anexos..... | xi |
| Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos | xii |
| | |
| Capítulo 1 – Introdução | 1 |
| 1.1. Introdução | 1 |
| 1.2. Enquadramento | 1 |
| 1.3. Justificação do Tema | 2 |
| 1.4. Objetivos e Questões da Investigação | 3 |
| 1.5. Hipóteses..... | 4 |
| 1.6. Metodologia..... | 4 |
| 1.7. Estrutura do Trabalho | 5 |
| | |
| Capítulo 2 – Conceitos Policiais e Enquadramento dos Fatores Influenciadores de Violência para com os Militares da GNR..... | 6 |
| 2.1. Introdução | 6 |
| 2.2. Definição de Conceitos..... | 6 |
| 2.2.1. Polícia | 7 |
| 2.2.2. Atuação Policial..... | 8 |
| 2.2.3. Agressividade e Violência | 10 |
| 2.2.4. Agressão | 12 |
| 2.2.5. Vítima | 13 |

| | |
|--|-----------|
| 2.3. Fatores Influenciadores da Violência | 14 |
| 2.3.1. Fatores Culturais..... | 14 |
| 2.3.2. Fatores de Personalidade | 15 |
| 2.3.3. Fatores Sociais..... | 16 |
| 2.4. A Violência contra os Militares da Guarda Nacional Republicana | 17 |
| | |
| Capítulo 3 – O Destacamento Territorial de Sintra | 19 |
| 3.1. Introdução | 19 |
| 3.2. Caraterização Sociodemográfica da Área de Estudo..... | 19 |
| 3.3. A Guarda Nacional Republicana em Sintra..... | 22 |
| 3.4. A Criminalidade no Destacamento Territorial de Sintra | 23 |
| | |
| Capítulo 4 – Trabalho de Campo – Metodologia e Procedimentos..... | 25 |
| 4.1. Introdução | 25 |
| 4.2. Método de Abordagem | 25 |
| 4.3. Procedimentos e Técnicas..... | 26 |
| 4.3.1. Recolha e Análise Documental..... | 27 |
| 4.3.2. Entrevistas..... | 28 |
| 4.4. Universo e Amostra | 29 |
| | |
| Capítulo 5 – Trabalho de Campo – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados | 30 |
| 5.1. Introdução | 30 |
| 5.2. Análise e Discussão dos Autos de Notícia | 30 |
| 5.2.1. Evolução Temporal | 30 |
| 5.2.2. Caraterização Situacional e Distribuição Espacial..... | 33 |
| 5.2.3. <i>Modi Operandi</i> do Agressor | 35 |
| 5.2.4. Caraterização do Agressor..... | 36 |
| 5.2.5. Análise dos Danos Sofridos pelos Militares | 38 |
| 5.3. Análise e Discussão das Entrevistas | 40 |
| 5.3.1. Análise das Respostas à Questão n.º1 | 40 |
| 5.3.2. Análise das Respostas à Questão n.º2..... | 42 |
| 5.3.3. Análise das Respostas à Questão n.º3..... | 43 |
| 5.3.4. Análise das Respostas à Questão n.º4..... | 44 |

| | |
|---|--------------|
| 5.3.5. Análise das Respostas à Questão n.º5 | 45 |
| 5.3.6. Análise das Respostas à Questão n.º6 | 46 |
| 5.4. Verificação das Hipóteses | 47 |
| Capítulo 6 – Conclusões e Recomendações | 50 |
| 6.1. Introdução | 50 |
| 6.2. Resposta às Perguntas de Investigação | 50 |
| 6.3. Recomendações | 54 |
| 6.4. Limitações | 55 |
| 6.5. Investigações Futuras | 55 |
| Capítulo 7 – Bibliografia | 56 |
| 7.1. Metodologia | 56 |
| 7.2. Livros, Publicações, Dissertações | 56 |
| 7.3. Artigos <i>Online</i> | 59 |
| 7.4. Diplomas Legais | 60 |
| Apêndices..... | - 1 - |
| Apêndice A – Caraterização da Freguesia de Alcabideche | - 2 - |
| Apêndice B – Participações Criminais por Grandes Categorias e Tipo de Crime | - 3 - |
| Apêndice C – Entrevista | - 4 - |
| Apêndice D – Universo e Amostra do Estudo | - 7 - |
| Anexos..... | - 8 - |
| Anexo A – Caraterização das Freguesias do Município de Sintra..... | - 9 - |
| Anexo B – Criminalidade em Geral, Criminalidade Violenta e Grave e contra o Estado | - 13 - |
| Anexo C – Criminalidade em Geral, Criminalidade Violenta e Grave e contra o Estado Participada à GNR, no ano de 2012..... | - 14 - |
| Anexo D – A Criminalidade no Destacamento Territorial de Sintra..... | - 17 - |

Índice de Figuras

| | |
|--|--------|
| Figura n.º 1 – Total de Agressões..... | 31 |
| Figura n.º 2 – Tipo de Agressões..... | 31 |
| Figura n.º 3 – Evolução do Tipo de Agressões..... | 31 |
| Figura n.º 4 – Evolução das Agressões por mês..... | 32 |
| Figura n.º 5 – Períodos das agressões..... | 32 |
| Figura n.º 6 – N.º de vítimas por serviço desempenhado..... | 34 |
| Figura n.º 7 – N.º de vítimas por agressão..... | 33 |
| Figura n.º 8 – Agressões por situações precedentes..... | 34 |
| Figura n.º 9 – Agressões por local..... | 34 |
| Figura n.º 10 – Meio de agressão utilizado..... | 35 |
| Figura n.º 11 – N.º de agressores por situação..... | 36 |
| Figura n.º 12 – Género dos agressores..... | 36 |
| Figura n.º 13 – Nacionalidade dos agressores..... | 36 |
| Figura n.º 14 – Faixa etária dos agressores..... | 37 |
| Figura n.º 15 – Estado civil dos agressores..... | 37 |
| Figura n.º 16 – Influência de álcool ou outras drogas..... | 38 |
| Figura n.º 17 – Situação laboral dos agressores..... | 38 |
| Figura n.º 18 – Tipo de ferimento por militar..... | 38 |
| Figura n.º 19 – N.º de militares feridos por situação..... | 39 |
| Figura n.º 20 – Ferido ligeiro s/ Tratamento por situação..... | 40 |
| Figura n.º 21 – Ferido ligeiro c/ Tratamento por situação..... | 40 |
| Figura n.º 22 – Criminalidade em Geral..... | - 13 - |
| Figura n.º 23 – Criminalidade Violenta e Grave..... | - 13 - |
| Figura n.º 24 – Crimes Contra o Estado..... | - 13 - |

Índice de Quadros

| | |
|---|--------|
| Quadro n.º 1 – Análise da questão n.º 1 | 41 |
| Quadro n.º 2 – Análise da questão n.º 2 | 42 |
| Quadro n.º 3 – Análise da questão n.º 3 | 43 |
| Quadro n.º 4 – Análise da questão n.º 4 | 44 |
| Quadro n.º 5 – Análise da questão n.º 5 | 45 |
| Quadro n.º 6 – Análise da questão n.º 6 | 46 |
| Quadro n.º 7 – População por Grupos Etários..... | - 2 - |
| Quadro n.º 8 – Variação da População na Última Década | - 2 - |
| Quadro n.º 9 – População Economicamente Ativa..... | - 2 - |
| Quadro n.º 10 – População Segundo o Nível de Instrução Mais Elevado..... | - 2 - |
| Quadro n.º 11 – Criminalidade, Criminalidade Violenta e Grave e Resistência e Coação Sobre Funcionário, por Anos..... | - 3 - |
| Quadro n.º 12 – Universo em Estudo – Autos de Notícia | - 7 - |
| Quadro n.º 13 – Amostra em Estudo – Caracterização dos Entrevistados | - 7 - |
| Quadro n.º 14 – Caracterização das Freguesias do Município de Sintra..... | - 9 - |
| Quadro n.º 15 – População por Grupos Etários e Sexo | - 10 - |
| Quadro n.º 16 – População Segundo o Estado Civil Legal e Sexo | - 11 - |
| Quadro n.º 17 – População Segundo o Nível de Instrução Mais Elevado e Sexo..... | - 12 - |
| Quadro n.º 18 – Criminalidade em Geral | - 14 - |
| Quadro n.º 19 – Criminalidade Violenta e Grave..... | - 15 - |
| Quadro n.º 20 – Crimes Contra o Estado – Total Nacional..... | - 16 - |
| Quadro n.º 21 – Crimes Contra o Estado – Distrito de Lisboa..... | - 16 - |
| Quadro n.º 22 – Criminalidade Geral | - 17 - |
| Quadro n.º 23 – Criminalidade Violenta e Grave..... | - 17 - |
| Quadro n.º 24 – Crimes Contra o Património..... | - 17 - |
| Quadro n.º 25 – Violência Doméstica | - 17 - |

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices

| | |
|-------------------|--|
| Apêndice A | Caraterização da Freguesia de Alcabideche |
| Apêndice B | Participações Criminais por Grandes Categorias e Tipo de Crime |
| Apêndice C | Entrevista |
| Apêndice D | Universo e Amostra do Estudo |

Anexos

| | |
|----------------|--|
| Anexo A | Caraterização das Freguesias do Município de Sintra |
| Anexo B | Criminalidade em Geral, Criminalidade Violenta e Grave e contra o Estado |
| Anexo C | Criminalidade em Geral, Criminalidade Violenta e Grave e contra o Estado Participada à GNR, no ano de 2012 |
| Anexo D | A Criminalidade no Destacamento Territorial de Sintra |

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

| | |
|----------------|--|
| AM | Academia Militar |
| Apud | Citado por, conforme, segundo – indica a fonte de uma citação indireta |
| Art.º | Artigo |
| Co | Contraordenação |
| CP | Código Penal |
| CPP | Código Processo Penal |
| CRP | Constituição da República Portuguesa |
| CTer | Comando Territorial |
| CVG | Criminalidade Violenta e Grave |
| DTer | Destacamento Territorial |
| E _n | Entrevistado |
| Ed. | Edição |
| <i>Et al.</i> | Vários autores; e outros – para pessoas |
| EUROCCOP | <i>European Confederation of Police</i> |
| FFSS | Forças e Serviços de Segurança |
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| H _n | Hipótese |
| Ic | Ideias chave |
| <i>Idem</i> | O mesmo, do mesmo autor já citado |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IP | Intervenção Policial |
| LOGNR | Lei que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana |
| LOPSP | Lei que aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública |
| LSI | Lei de Segurança Interna |
| N.º | Número |
| NCCLASS | Núcleo Coordenador do Conselho Local de Ação Social de Sintra |
| NUIPC | Número Único de Identificação do Processo – Crime |
| OCS | Órgãos de Comunicação Social |

| | |
|-----------------|--|
| Op. | Operação |
| P. | Página |
| Pp. | Páginas |
| PD _n | Pergunta Derivada |
| PTer | Posto Territorial |
| RASI | Relatório Anual de Segurança Interna |
| RACCMGNR | Relatório de Análise da Criminalidade Contra os Militares da Guarda Nacional Republicana |
| RCFTIA | Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada |
| SIIOP | Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais |
| SubdTer | Subdestacamento Territorial |

*“A Polícia, que assegura a ordem e o governo
da cidade, permanece o maior e o primeiro
de todos os bens.”*
Aristóteles

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) que se apresenta insere-se no âmbito do Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar (AM). Este relatório encerra um ciclo de cinco anos do Curso de Formação do Oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR).

O relatório tem como principais objetivos levar o aluno a aplicar as competências adquiridas e a desenvolver capacidades de metodologia de pesquisa e investigação nos domínios da segurança e defesa. Assim, pretende-se fomentar no futuro oficial sentido crítico em assuntos de reconhecido interesse para a GNR. Deste modo, nasce o presente TIA subordinado ao tema “Agressões a Agentes da Autoridade”.

Neste capítulo pretendemos enquadrar e justificar a escolha do tema, assim como, delimitar o problema da investigação, através da formalização da pergunta de partida e das questões que daí avêm e os seus objetivos. É ainda neste capítulo que são apresentadas as hipóteses, a metodologia adotada e a estrutura do trabalho.

1.2. Enquadramento

Ao abordarmos em conjunto a temática do ofício dos agentes da autoridade e o fenómeno da violência, podemos ser levados a associar a esta temática as questões relacionadas com a violência por parte dos agentes da autoridade contra os cidadãos. Não sendo objetivo deste trabalho, importa lembrar que apesar dos agentes da autoridade possuírem o legítimo monopólio da força, são simultaneamente vítimas de violência no âmbito da atividade policial.

As agressões aos militares da GNR materializam uma quebra da autoridade do Estado, contribuem para o descrédito da instituição e para o alarmismo social, pelo que

decidimos evocar a problemática das agressões aos agentes da autoridade para questão central da nossa investigação, uma vez que qualquer investigação científica inicia-se com a definição do problema em causa (Sarmiento, 2008).

Deste modo e tendo em conta que se presencia um trabalho científico, inerentemente objetivo e pragmático, é “preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 157). Perante tal desafio decidimos delimitar espacialmente o estudo ao Destacamento Territorial (DTER) de Sintra do Comando Territorial (CTer) de Lisboa e em termos temporais restringi-lo ao triénio de 2010-2012, constituindo um estudo de caso. Esta circunscrição reveste-se de extrema importância, porque permite realizar uma análise precisa e aprofundada de todas as situações de agressão perpetradas contra os militares da GNR, que prestaram serviço nesta subunidade. As agressões são analisadas nas vertentes física e verbal, considerando que ambas produzem consequências negativas nas vítimas e no desempenho das suas funções, enquanto elementos de uma força de segurança.

1.3. Justificação do Tema

Um ato de violência contra um agente da autoridade é, não só uma agressão a um ser humano, punível por lei, como também consubstancia uma agressão à sociedade e aos princípios legais de um Estado Democrático de Direito, fomentando o sentimento de insegurança.

Tal, causa nos agentes da autoridade um sentimento de frustração, pois diariamente e cada vez mais, enfrentam as vicissitudes dos cidadãos imbuídos de uma perspetiva desajustada do exercício dos seus direitos. Esta reflete-se em situações de ódio, de violência e de menosprezo por aqueles que são a face visível do Estado e que são o garante dos seus direitos dos cidadãos. (*European Confederation of Police [EUROCOP]*, 2010).

Pretendemos alertar para esta problemática materializando a investigação em factos, processos e experiências que caracterizam a amostra. Apesar da pronta divulgação destes casos pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS), o seu impacto é imediato e efémero, rapidamente desvalorizado e esquecido, como comprova a falta de estudos sobre esta temática em Portugal. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2012, o crime de resistência e coação sobre funcionário tem aumentado nos últimos anos, tendo atingido o número mais elevado nesse ano. À estatística dos crimes de resistência e

coação sobre funcionário devem ser acrescentados os crimes que são tipificados com molduras penais mais gravosas, como sejam as ofensas à integridade física ou tentativas de homicídio, fazendo desta forma aumentar o valor do número de crimes que encerram agressões a militares da Guarda. Estes factos constituem uma preocupação institucional e dos militares. Importa referir que, no decorrer do presente ano ocorreram alterações à moldura penal deste crime tendo aumentado de, até 5 anos, para de 1 ano a 5 anos.¹

1.4. Objetivos e Questões da Investigação

O propósito da investigação versa sobre a caracterização das agressões e a sua evolução no período em estudo. Deste objetivo geral sobrepõem objetivos particulares, tais como: determinar se a violência das agressões contra os militares têm aumentado; enumerar as situações que precederam as agressões contra os militares e destas, identificar as que acarretaram um maior dano para os militares; determinar se são as interações entre os militares e os agressores que incitam as agressões; perceber a relevância do efetivo de uma força na dissuasão de possíveis agressores e delinear um protótipo de agressor.

Delimitados os objetivos, identificado o objeto de estudo e definido o problema de investigação, nasce a pergunta de partida que serve de eixo central ao trabalho: **Como se caracteriza a evolução das agressões sofridas pelos militares da GNR, do Destacamento Territorial de Sintra?**

Da pergunta citada fluem as seguintes perguntas derivadas (PD_n), sendo fulcral obter resposta a estas para a consumação da pergunta central.

PD1: Quais são os fundamentos que permitem afirmar que as agressões contra os militares estão a ser cada vez mais violentas?

PD2: Das situações que precederam às agressões contra os militares, quais foram aquelas que vieram a causar maior dano para o militar?

PD3: As agressões levadas a cabo contra os militares são o resultado de uma interação entre o militar e o agressor ou são espontâneas e não provocadas?

PD4: Em que medida o efetivo de uma força condiciona uma possível agressão contra os militares?

PD5: Como se caracteriza o agressor ao longo do período em estudo?

¹ Cfr. O disposto no art.º 347 intitulado “Resistência e coação sobre funcionário “ do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, Código Penal (CP), alterado pela Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro.

1.5. Hipóteses

As hipóteses (H_n) são “proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2008, p. 8). Estas são alicerçadas numa reflexão teórica e consubstanciam-se no fio condutor da investigação, permitindo selecionar os dados pertinentes, que posteriormente serão alvo de observação com o objetivo de testar as hipóteses definidas (Quivy e Campenhoudt, 2008). Assim, e atendendo às questões anteriormente levantadas formulam-se as seguintes hipóteses:

H1: Verifica-se um aumento das situações de agressões contra os militares, no período em estudo;

H2: As agressões físicas cometidas contra os militares aumentaram;

H3: As hospitalizações de militares por agressão têm aumentado;

H4: As situações de violência doméstica foram aquelas de que resultaram maiores danos no militar;

H5: As agressões contra os militares são resultado da intervenção dos mesmos com o intuito de cessar um ilícito;

H6: Uma força composta por 3 ou mais militares desencoraja uma possível agressão;

H7: O agressor caracteriza-se por estar desempregado e sob influência de álcool;

H8: O agressor caracteriza-se por ter até 30 anos.

1.6. Metodologia

A presente investigação insere-se no âmbito das Ciências Sociais, inerentemente urge a necessidade de aplicar procedimentos e técnicas, definindo o método científico que permita orientar e balizar o RCFTIA. Para este efeito a sua conceção obedeceu às orientações fornecidas pela AM², todavia nas partes omissas recorreremos às normas da *American Psychological Association*. Em complemento e, sempre que se afigurou necessário, foram chamados autores que se dedicam à metodologia científica de investigação, como é o caso de Bell (2010), de Quivy e Campenhoudt (2008) e de Sarmiento (2008).

² Cfr. Com o disposto na NEP n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

Tendo presente a temática, partimos para a fase da exploração através da consulta de trabalhos existentes sobre o assunto e efetuámos contactos pessoais com alguns autores, que outrora se debruçaram sobre a temática. Por último, contactámos com alguns militares que foram alvo de agressão no DTer de Sintra. Tudo isto permitiu-nos recolher informação fulcral e essencial para a delimitação do objeto de estudo. Seguidamente procedemos ao levantamento e à análise do estado da arte, com vista a materializar os objetivos do trabalho e definir as questões de investigação, sendo que a partir destas formulámos as hipóteses. Esta permitiu-nos aprofundar o conhecimento teórico sobre o assunto e construir dois capítulos teóricos, suporte e alicerce do trabalho de campo.

O trabalho de campo assume-se como o fator central da investigação. Assim, procedemos à recolha e análise de todos os autos de notícia relacionados com os crimes perpetrados contra os militares da GNR, no DTer de Sintra, durante o triénio de 2010 - 2012. Em complemento efetuámos entrevistas aos militares agredidos, procurando obter testemunhos reais de quem no dia-a-dia desenvolve a atividade em prol da Segurança dos demais cidadãos. Estas entrevistas permitiram acrescentar valor aos dados processuais porque forneceram elementos pessoais, assentes em experiências, sensibilidades e perceções que não se encontram expressas nos autos de notícia.

1.7.Estrutura do Trabalho

O presente trabalho de investigação estrutura-se de acordo com as orientações da AM e articula-se em três partes fundamentais: a pré-textual, o texto e a pós-textual.

A parte pré-textual é constituída por tudo o que antecede o capítulo da introdução, iniciando-se na capa e terminando na epígrafe. A parte textual inicia-se com a introdução à temática da investigação, ao seu objeto e objetivos. Seguidamente alicerça-se a investigação através de dois capítulos de índole teórica sendo eles: o “Capítulo 2 – Conceitos Policiais e Enquadramento dos Fatores Influenciadores de Violência para com os Militares da GNR”, e o Capítulo 3 – Destacamento Territorial de Sintra”. Posteriormente apresenta-se dois capítulos de carácter prático: “Capítulo 4 – Metodologia e Procedimentos”, onde elencamos como realizámos o trabalho de campo, seguindo-se a apresentação, análise e discussão dos resultados no “Capítulo 5 – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados”. Por fim, a parte pós-textual compreende os apêndices e os anexos que visam complementar e ser um suporte elucidativo do trabalho.

Capítulo 2

Conceitos Policiais e Enquadramento dos Fatores Influenciadores de Violência para com os Militares da GNR

2.1. Introdução

O presente capítulo pretende abordar o “conjunto de publicações sobre o domínio de investigação (...) a síntese e o resumo destes documentos fornecem ao investigador a matéria essencial à concetualização da investigação.” (Fortin, 1996, p.74). Assim sendo, numa primeira fase entendemos por demais definir alguns conceitos como “Polícia”, “Atuação Policial”, “Agressividade e Violência”, “Agressão” e “Vítima”. De seguida, apresentamos os diversos fatores influenciadores da violência contra os agentes da autoridade e, por fim, damos a conhecer as conclusões dos últimos registos da criminalidade cometida contra os militares da Guarda.

Reiteramos a ideia do autor supra citado em que o objetivo é sintetizar os diversos documentos sobre o teor da investigação. Deste modo apresentamos de seguida o “estado da arte”, proporcionando ao leitor conhecer a evolução do conhecimento sobre a presente temática de investigação.

2.2. Definição de Conceitos

O presente capítulo constitui parte do suporte teórico que permite complementar a justificação e compreensão dos fundamentos deste trabalho. De forma sistematizada pretendemos definir alguns conceitos que se entendem essenciais para a compreensão de toda a investigação. É fundamental apresentar a aceção dos principais conceitos empregues, uma vez que possibilita enquadrar o leitor no sentido pretendido.

2.2.1. Polícia

O conceito de polícia tem acompanhado a evolução das sociedades organizadas, como tal ao definir-se polícia devemos ter em conta dois fatores fundamentais que se prendem com a ambiência, nomeadamente o tempo e o espaço. Estes determinam o conteúdo e a forma da polícia de acordo com as necessidades sentidas pelo Estado e pela sociedade. (Cavaco 2003; Clemente, 1998;)

O étimo da palavra polícia tem origem no vocábulo grego *Polis* que significa urbe e *Polissos* que significava “eu guardo a cidade”. Em termos latinos identifica-se com *Civitas* ou *Civitate*, que também corresponde a cidade. A polícia é a alma da cidade e o suporte da vida do povo (Clemente, 1998, 2006; Dias, 2012).

A conceção de Polícia pode ser abordada em diversos contextos. Hodiernamente, de forma simples é comum referir-se à polícia, no masculino, como agente da autoridade. Este termo enaltece o indivíduo que tem como função desenvolver atividades que visem a segurança do Estado e do cidadão, ostentando para tal, uniforme e arma de fogo que o torna facilmente identificável para qualquer cidadão. Por outro lado no feminino remetemo-nos para os serviços da Administração Pública com funções de polícias (Dias, 2012; Raposo, 2006a).

Em Portugal, o conceito foi pela primeira vez abordado na pessoa do Exm^o Professor Marcello Caetano. Devido à sua complexidade, o conceito de Polícia tem sido desenvolvido pela doutrina portuguesa em duas dimensões. Uma em sentido **orgânico ou institucional** e outra em **sentido funcional ou material** (Cavaco, 2003; Clemente, 1998, 2006; Dias, 2012; Valente, 2009).

Organicamente é “todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma atividade de polícia.” (Correia, 1994). Na mesma linha de pensamento urgem os professores Canotilho e Moreira (2007) e Dias (2012) ao referirem que a atividade de polícia fica a cabo de um conjunto de órgãos e institutos da administração que desenvolvem atividades de controlo de perigos.

Funcionalmente a polícia é o “modo de atuar da atividade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir.” (Caetano, 2004, p.1150). O modo de atuar tem em mente, a emissão de regulamentos em termos gerais e, em termos particulares de

atos administrativos e materiais, com o intuito de controlar e evitar condutas suscetíveis de perigar a ordem social.

Contudo na opinião de Valente (2009), a definição do ilustre professor esgota-se na intervenção policial para evitar interesses gerais. Atualmente pede-se à polícia que tutele os interesses gerais mas também os bens jurídicos individuais. Ao conseguir-se garantir a segunda, esta terá obrigatoriamente reflexos positivos na primeira. Mais, a atuação da polícia em primeira linha é a prevenção e “evitar que o perigo possa surgir e gerar o dano social” (*idem*, p. 43).

A doutrina portuguesa fala ainda numa polícia em sentido formal, quando a Administração Pública, em sentido orgânico e funcional utiliza poderes de autoridade que se sobrevalorizam sobre a sociedade³ (Dias, 2012).

2.2.2. Atuação Policial

Por força da Constituição da República Portuguesa (CRP), ao Estado compete assegurar determinadas tarefas fundamentais⁴. Destaca-se aquelas que à Polícia dizem diretamente respeito e que constam no n.º1, do artigo 272º da CRP, sendo: a defesa da legalidade democrática; a garantia da segurança interna e os direitos dos cidadãos.

Tais tarefas fundamentais vêm reiteradas a título de exemplo na lei n.º 53/2007 de 31 de agosto, mais conhecida por Lei que aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública, (LOPSP); na lei n.º63/2007 de 6 de novembro, ou seja, Lei que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR), assim como, na lei n.º53/2008 de 29 de agosto, consignada de Lei de Segurança Interna (LSI).

Retrocedendo à Constituição, o n.º 2 do artigo 272º menciona que para a prossecução das funções supra referidas a polícia pode recorrer às medidas de polícia⁵ tipificadas na lei, não devendo estas ser empregues para além do estritamente necessário. Ainda no n.º 3, retira-se que compete a Polícia a função de prevenção criminal⁶. É neste último ponto que se dedica a Polícia moderna, recolhendo o máximo de informação para precaver quaisquer atos ilícitos ou que ponham em causa a segurança pública (Clemente, 1998; Valente, 2009).

³ Cfr. Correia, S. (1994, p.395).

⁴ Cfr. Art.º 9 da CRP.

⁵ Cfr. Cap. V da Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto.

⁶ Cfr. Valente, M. (2009, p. 99 - 102).

Do exposto retém-se que a atuação policial está em parte legitimada. Refere-se em parte, pois a legitimidade é traduzida em dois tipos de legitimação: a legitimação normativa e a legitimação social, também esta assume nos dias de hoje uma grande relevância no que concerne a atuação policial.

A legitimação normativa através de uma lei que imane o órgão eleito pelo povo e que toda a atuação policial está sujeita ao princípio da precedência da lei (Canotilho e Moreira, 2007; Valente 2009). Esta encontra-se claramente preenchida no topo pela CRP e pelas demais leis e diplomas que regem a atividade das Forças e Serviços de Segurança. E a legitimação social em que a atuação policial deve ser útil e necessária aos olhos dos cidadãos. Neste sentido, o agente da autoridade deve respeitar a legalidade, deve ser tecnicamente eficaz e cumprir os valores morais e éticos.

No que diz respeito a legalidade, mais não é do que a tipificação legal, a questão coloca-se em ser tecnicamente eficaz. Portanto para se alcançar tal requinte existe a obediência aos princípios da intervenção policial⁷, nomeadamente ao da proporcionalidade, da adequabilidade e da necessidade. Isto significa que o emprego de medidas de polícia deve ser pautado pela necessidade, não utilizando medidas mais gravosas quando outras menos gravosas ainda não foram esgotadas (Canotilho e Moreira, 2007; Raposo 2006b).

Ao falar-se em medidas de polícia pode-se ser levado desde logo a pensar nos diversos meios coercivos, ou seja no uso da força. Contudo segundo Raposo (2006b, p.701), “distinto da aplicação de medidas de polícia é o uso de meios coercivos pelos agentes da autoridade faculdade que, reconhecidamente constitui uma das especificidades dos poderes policiais face ao das restantes autoridades administrativas.”. O uso da força insere-se na esfera da técnica policial e, tem como intuito auxiliar a atuação policial nas mais variadas formas como é o caso das medidas de polícia, não se confundindo com estas⁸ (Raposo, 2006b).

Deste modo o uso da força constitui no seu nível mais baixo a postura e a presença uniformizada do agente da autoridade, de seguida, o modo de atuar e, se necessário, auxilia-se dos diversos equipamentos e armamentos ao seu dispor até ao último rácio que é o recurso à arma de fogo.⁹ O objetivo é garantir a segurança dos agentes da autoridade e de terceiros e o controlo da situação, fim último da intervenção policial (Oliveira, 2009).

⁷ Cfr. Valente, M. (2009, p. 133 - 196).

⁸ Destaca-se a lei n.º 63/2007 de 6 de novembro (LOGNR), que dedica um artigo às medidas de polícia e outro ao uso de meios coercivos (cfr. artigos 29.º e 30.º); já a lei n.º 5/99, de 27 de janeiro (LOPSP), trata conjuntamente das medidas de polícia e do uso de meios coercivos (cfr. artigo 4.º);

⁹ Cfr. Decreto-Lei 457/1999 de 5 de novembro (Regime do recurso à arma de fogo em ação policial).

2.2.3. Agressividade e Violência

Neste estudo torna-se necessário definir a agressividade e a violência ao mesmo tempo, pois a segunda é o prolongamento ao extremo da primeira. Se a agressividade pode ser positiva ou negativa, o mesmo já não se passa com a violência assumindo uma conotação negativa na sociedade contemporânea. Porém Freud entendia a violência como um ato fundador da sociedade (Fischer, 1992).

A agressividade segundo Hacker (1981) e Lorenz (2001) está presente nos seres humanos tal como nos animais, sendo inata ao ser vivo, hereditária e como tal não poderia ser mudada. Seguindo esta corrente de pensamento, Fischer (1992) elencou a agressividade como sendo um instinto fundamental do ser vivo que é criado pelas constantes interações, acumulando-se no seu interior, sendo expelido de uma ou outra forma.

Para complementar a definição supra referido reunimos a opinião de outros autores (Hacker, 1981; Polónio, 1974) que referem que os costumes sociais e culturais perturbam a agressividade ou a sua inibição, podendo ser um estímulo ou um veneno.

A agressividade como estímulo pode ser orientada e assim tornar-se em algo positivo, possibilitando ao ser humano capacidade para vencer na vida. Contudo a agressividade pode assumir um lado negativo, despoletando facilmente para a violência.

Assim, na nossa sociedade o excesso de agressividade é mal interpretada pois facilmente se erradica em conflitos e guerras que podem perfeitamente conduzir à autodestruição humana, por isso procura-se controlá-la (Clemente, 1998; Costa 1990).

Até aqui e de acordo com os autores elencados, consegue-se perceber o caráter inato da agressividade no ser humano e que apesar de esta não poder ser mudada, pode ser controlada e orientada. Aqui se reveste a importância de inúmeros fatores como a família, os amigos, a música, o desporto, as instituições e a própria sociedade.

Seguidamente, no que concerne à violência convém referir que esta não existe sem agressividade, mais surge no seguimento de agressividade em excesso. Por inferência podemos perceber o motivo da história do homem estar repleta de violência. Neste sentido Fischer (1992) refere que a violência encontra-se gravada na história da humanidade, desempenhado um papel de fundador e ao mesmo tempo ocupando uma dimensão no seu funcionamento. Isto reflete-se nas inúmeras formas, que o homem encontrou para se proteger ao longo dos tempos.

Pese embora a importância da violência no processo de modernização e da sua ininterrupta presença na história das sociedades, devemos partir do pressuposto de que a

violência se afasta progressivamente de toda a significação positiva no seio da sociedade atual. Neste sentido, atualmente a violência é condenada por razões de ordem moral (Martucceli, 1999).

O conceito de violência é variável de sociedade para sociedade e dentro da própria sociedade. Neste sentido cada Estado em cada período e de acordo com a sua conjuntura social, política, económica e cultural terá o seu próprio entendimento de violência. Cumulativamente, a violência pode se manifestar sobre todos os valores materiais e espirituais existentes no mundo (Clemente, 1993; Vieira, 2000).

Concluimos que não é possível encontrar uma definição unânime. Todavia, o prisma da violência que mais interessa para o presente estudo, respeita sobretudo àquela que é praticada pelo homem sobre o próprio homem.

É chegada a hora de chamar os autores que materializaram o conceito da violência, no contexto que importa para o estudo. Para Matias (1978, p. 14) a violência é o “emprego de meios de ação que atacam a integridade física, psíquica ou moral da pessoa de outrem”. Mais tarde Fischer (1992, p.18), definiu violência como sendo “o uso da força destinado a exercer uma coação (...) pode exercer-se de maneira direta ou indireta, comportar vários graus: matar, ferir, ou simplesmente ameaçar, e assentar em níveis diversos como a fé, a liberdade ou a integridade física.”.

Para a concretização da definição supra, Fischer foi beber a Michaud que outrora e, pela primeira vez operacionalizou o conceito de violência como uma situação em que um ou vários atores atacam uma ou várias pessoas em graus variáveis afetando a integridade física e/ou moral, os seus bens e as suas participações simbólicas e culturais (Michaud apud Fischer, 1992).

A partir desta definição retira-se que a violência pode ir muito além da violência física, alcançando por sua vez a integridade moral, os bens e as participações simbólicas e culturais. Aliás foi com Michaud, segundo Fischer (1992) que pela primeira vez se alargou o conceito, abrangendo deste modo o que é designado atualmente como violência verbal. Este tipo de violência poderá abarcar a violência psicológica ou emocional. Na violência verbal os danos causados podem não se refletir no momento, contudo a posteriori poderá provocar um sentimento de insegurança e ainda poderá levar a uma redução da confiança no dia a dia.

Em suma, a violência deriva do exaltar de agressividade despoletando em várias formas de manifestação, podendo por vezes, causar dano e/ou lesão a outrem.

2.2.4. Agressão

Primeiro é indispensável compreender-se a diferença entre os conceitos de violência e de agressão, pois numa abordagem superficial sobre o assunto poder-se-á concluir que não há grandes diferenças. Porém, devido ao caráter que este tipo de trabalho encerra é determinante entender as suas discrepâncias.

De acordo com Hacker (1981, p.17) “nem toda a agressão é sinónimo de violência, mas toda a violência representa agressão.”. Ainda segundo o mesmo autor, (*idem*, p.132), “a violência pretende ser a única forma eficaz de agressão.”. Destes ensinamentos concluímos que a violência não é idêntica à agressão, revestindo-se ainda de um caráter mais forte em relação à agressão.

Na mesma linha de pensamento Fischer (1992) afirma que a agressão destaca-se em relação à violência por no momento existir uma situação de interação e, por a agressão ser um fenómeno de violência delimitada. Recentemente através das suas investigações, Oliveira (2012) também concretiza uma distinção importante entre agressão e violência, salientando que a agressão pode, por vezes, ser pura expressão do instinto, por outro lado a violência é o emprego da agressividade.

Após assentar-se as diferenças entre a violência e a agressão pode-se partir para a definição desta última. Assim, a agressão caracteriza-se por ser:

“uma forma específica de violência, numa situação de interação social que se atualiza em condutas que visam causar dano a outrem, de maneiras diversas e em graus variáveis, que implicam um ataque mais ou menos grave à sua integridade física, moral ou cultural” (Fischer, 1992, p. 24).

Esta será a definição escolhida e que acompanhará até ao final o presente trabalho, por dois motivos. Primeiro porque o autor para a definição da mesma teve em conta as teorias gerais da agressão¹⁰ e segundo, porque refere a intencionalidade de causar dano a outrem. Deste modo afirma-se que para haver agressão tem que obrigatoriamente existir uma conduta que vise causar dano, quer seja físico, moral ou cultural. Enquadra-se também o papel da vítima enquanto alvo da agressão e que sofreu um determinado prejuízo. Em conclusão do exposto e, tendo em conta o presente estudo das agressões contra os militares do DTer Sintra, tencionamos analisar as agressões nas vertentes físicas e verbais.

¹⁰ Cfr. Fischer, G. (1992).

2.2.5. Vítima

A vítima surge como aquela que sofreu um dano ou um prejuízo derivado a uma agressão. Do ponto de vista legal encontra-se na lei nº112/2009, de 16 de setembro uma definição de vítima, enquadrada no âmbito da violência doméstica, como sendo a “pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação”.

Etimologicamente o vocábulo vítima provém do latim *victima* que significa vencido, dominado. Deste modo vítima é a pessoa que é sacrificada nos seus interesses devido a um dano. Mais extensivamente pode-se entender a vítima como sendo uma pessoa singular ou coletiva que foi atingida contra a sua vontade por um facto ilícito (Andrade, 1980).

Nesta definição conseguimos enquadrar os militares enquanto alvo físico da agressão mas também a própria Guarda, enquanto instituição ao serviço do Estado.

Segundo Polónio (1974) a vítima surge devido à necessidade de o agressor ter de descarregar a violência. Pese embora a violência poder ser dirigida a outras vítimas devido ao facto de a violência não conseguir atingir o objetivo visado. No caso concreto dos agentes da autoridade conseguimos provar que muitas vezes são vítimas decorrentes do desempenho das funções policiais e militares.

As consequências para as vítimas estendem-se além do tratamento no momento, uma vez que as frustrações de ser-se agredido na qualidade de agente de autoridade são inevitáveis. A gravidade dos danos materiais e/ou morais poderão colocar o agente da autoridade, enquanto vítima, em condições de incapacidade para atingir os fins a que se propõe. Poderão também ocorrer situações de revolta individual ou coletiva e, em casos extremos levar ao suicídio (Andrade, 1980).

O agente da autoridade tem a função de prevenir e reprimir a prática de crimes assim como salvaguardar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Contudo quando é o próprio no exercício das suas funções ou por causa delas a ser agredido carece de uma reparação, como toda a vítima. Essa reparação vai desde o apoio psicológico prestado pelos camaradas e pela hierarquia, mas também engloba o apoio jurídico, financeiro e sociológico prestado pelo Estado, que neste caso se faz representar pela instituição.

2.3. Fatores Influenciadores da Violência

No que concerne aos fatores geradores de violência pretendemos elencá-los na ótica de vários autores e, procurámos ao mesmo tempo correlacioná-los com a atividade do agente da autoridade. Assim abordamos os fatores culturais, os fatores de personalidade, os fatores sociais e dentro destes últimos elencamos superficialmente os fatores cognitivos e os fatores ambientais.

2.3.1. Fatores Culturais

As influências culturais que favorecem a agressão são determinadas pelo contexto sociocultural global e por situações particulares.

Relativamente à primeira realçamos três fenómenos a **aculturação** que se prende com as modificações numa determinada sociedade derivado a permuta de diferentes culturas. As **sociedades industrializadas**, que devido ao rápido crescimento arrastam o cidadão nessa necessidade da crescente vontade do poder e, conseqüentemente podem levar a situações de desespero, a frustrações e ao isolamento. E a **cultura de violência**, em que a violência é apreendida/incutida no cidadão de acordo com a cultura e o ambiente onde se insere. O excesso de agressividade de uma cultura poderá num curto prazo adquirir uma base hereditária (Fischer, 1992; Hacker, 1981; Lorenz, 1980; Polónio, 1974).

No que concerne às situações particulares é difícil elencar todas as situações geradoras de violência, assim realçamos aquelas que parecem ser essenciais para este estudo. Destacamos o sentimento de inferioridade, o aspeto social, traduzido em atitudes de desprezo e o sentimento de intocabilidade. Estas situações são comuns nas comunidades que vivem em condições deficitárias (Fischer, 1992; Leonardo, 1994).

Tal leva o indivíduo a ter uma atitude hostil, agredindo por iniciativa própria. Também as situações de confronto e que provocam medo traduzem-se facilmente numa atitude hostil, pois o indivíduo sente-se ameaçado na sua liberdade e dignidade, assim como na sua reputação. Todas estas situações potenciam a violência (Fischer, 1992).

Devido a tais situações o agente da autoridade quando tem de atuar neste tipo de comunidades é visto como um elemento opressor e não desejável causando inquietação no seio do grupo, manifestando-se esta numa atitude hostil para com os elementos policiais.

2.3.2. Fatores de Personalidade

Segundo Polónio (1974) no que diz respeito à personalidade do agressor pode-se procurar resposta na hereditariedade. Para o autor os limites da personalidade são determinados geneticamente, a questão porém é saber qual é o limite. Neste estudo, o limite ultrapassa a fronteira da legalidade invadindo a esfera do agente da autoridade.

Numa abordagem sociológica, a questão coloca-se em determinar se os traços de personalidade se relacionam com o comportamento agressivo e se através de um padrão de características se poderia aferir se um determinado indivíduo possuiria tendência para a violência (Fischer, 1992).

No que diz respeito às características do agressor, diversos estudos tais como Bohrer (2008), Carneiro (2012), Domingues (2010), Rodrigues, (2006), Roh & Choo (2007) e Vieira (2000) sugerem que a maioria dos agressores são masculinos, solteiros e têm idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos.

No que diz respeito ao estado de lucidez em que se encontravam os agressores aquando da agressão, os resultados são divergentes quanto à influência de álcool ou de outras substâncias psicotrópicas¹¹. Carneiro (2012) e Domingues (2010) referem que a maioria dos agressores encontravam-se sob a influência de álcool e ou outras substâncias psicotrópicas. Contrariamente, Bohrer (2008), Rodrigues (2006), Pinizzotto, Davis e Miller (2007a) e Roh e Choo (2007), não encontraram correlação direta entre as agressões dirigidas aos elementos policiais e o facto de o agressor estar sob influência de álcool ou outras drogas. Estes autores também identificaram que muitos dos agressores pertenciam a gangues, eram reincidentes e que ao longo da sua vida tinham assimilado um clima de subsistência ligado à violência.

Relativamente à forma como as agressões são cometidas estas caracterizam-se na maioria das vezes por agressões verbais. As agressões físicas são levadas a cabo através da própria força e esporadicamente a agressão é consumada pelo uso de qualquer arma (Carneiro, 2012; Domingues, 2010; Margarita, 1980¹²; Pinizzotto et. al., 2007a; Rodrigues, 2006 e Vieira, 2000).

¹¹ Segundo a Organização Mundial de Saúde as drogas psicotrópicas “agem no Sistema Nervoso Central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração”.

¹² A autora refere ainda na sua obra que nas situações de violência doméstica, devido ao estado emocional do agressor, a sua raiva acaba por ser descarregada naqueles que se intrometem, podendo vir a ser uma situação perigosa para os agentes da autoridade, uma vez que a sua presença tem como propósito cessar o crime.

É essencial enquadrar os resultados obtidos com o contexto em que se insere o agressor, caso contrário os resultados perderão o seu rigor. Os resultados dependerão da região que se pretende estudar (Fischer, 1992; Margarita 1980).

2.3.3. Fatores Sociais

O comportamento agressivo é influenciado pelas condições sociais. Dependente da categoria social a que o indivíduo pertence, das instituições que frequenta e dos grupos com quem convive, assim estará exposto a situações de violência de diversos títulos mais ou menos frequentes. A personalidade é modificada pela vivência e pelos comportamentos adquiridos com as diversas situações (Fischer, 1992; Polónio, 1974).

Por outro lado, a falta de contatos sociais e sobretudo o sentimento de rejeição predis põem à agressão. Neste ponto, a coesão e o sentimento de pertença a um grupo são fatores que propiciam a uma maior agressividade uma vez que o indivíduo sente-se protegido pelo grupo (Fischer, 1992; Oliveira, 2000).

Estes grupos, designados como gangues, são constituídos por indivíduos impulsivos que dão primazia a emoção em detrimento da razão. Têm uma identidade que é definida pelo seu universo, o bairro. Aprendem a ter comportamentos dissociais e violentos. Os agentes da autoridade são encarados como uma ameaça à sua sobrevivência e essa perceção leva-os a ter comportamentos violentos. O sentimento de inimizabilidade é constante (Leonardo, 1994; Mury e Gaulejac, 1980; Pinizzotto et. al., 2007b).

Seguidamente, os **fatores cognitivos** são elencados nos mais recentes estudos como um fator determinante a analisar nas situações de agressões. Não obstante, decidimos abordá-los, superficialmente, dentro dos fatores sociais pois estes influenciam diretamente os fatores cognitivos. Os fatores cognitivos prendem-se com as motivações, a própria consciência da agressão e as cognições relativas aos alvos da agressão. Os fatores cognitivos são juízos partilhados dentro da comunidade, que visam rotular as pessoas. Deste modo e como referido anteriormente o agente de autoridade é rotulado como um elemento hostil (Fischer, 1992).

Devido ao facto dos **fatores ambientais** estarem associados às condições de vida e ao ambiente social, decidimos tal como na situação anterior, abordar este fator neste item de subcapítulo. Segundo Fischer (1992), as situações violentas advém dos problemas sociais (sentimento de sufoco, empobrecimento das relações, frustrações, entre outras),

como é o caso das grandes concentrações urbanas. As condicionantes da vivência nos grandes centros urbanos, como as condições de vida, as deslocações longas e cansativas, o universo burocrático, o barulho e a impotência para dominar ou escapar às condições em que se encontra provocam no indivíduo um fator de irritação e de *stress*. Estes fatores poderão estimular as tendências agressivas que se encontram no interior do indivíduo.

2.4. A Violência contra os Militares da Guarda Nacional Republicana

Perante o aumento da violência contra os agentes da autoridade, nomeadamente contra os efetivos da Guarda, a instituição tendo consciência da repercussão deste fenómeno decidiu realizar o “Relatório de Análise da Criminalidade Contra os Militares da Guarda Nacional Republicana (RACCMGNR), 2011”¹³. Assim sendo, é da máxima importância dar a conhecer os resultados do mesmo, para uma melhor compreensão e consciencialização.

Através do relatório conferiu-se que o número de crimes contra os militares da Guarda tem aumentado, atingindo em 2011 o ponto máximo com 1119 ocorrências. À exceção dos meses de Verão em que se verifica um aumento do número de agressões, a estabilidade ao longo dos restantes meses é uma constante. O mesmo aplica-se ao longo dos dias da semana, com exceção do fim-de-semana, onde se verifica um aumento. Ao longo do dia, há uma maior tendência para o surgimento deste tipo de ocorrências ao final da tarde e início de noite até cerca das 03h00. Analisando em conjunto o período horário com os dias da semana, concluímos que as agressões aos militares ocorrem tendencialmente nos períodos fora do horário de trabalho da maioria das pessoas.

No que concerne a distribuição espacial em termos absolutos o distrito do Porto foi o que apresentou mais situações, totalizando 152 agressões contra os militares da Guarda, em sentido contrário o distrito de Coimbra foi o que apresentou menos, 16. Quanto ao distrito de Lisboa é o quinto com 91 casos de agressão. Relativamente ao número de patrulhas efetuadas constata-se que apesar de terem diminuído, as ocorrências de situações de agressão aumentaram, expressando ainda mais este fenómeno.

¹³ Este relatório foi elaborado pela Direção de Informações do Comando Operacional da GNR.

A patrulha às ocorrências¹⁴ é o tipo de serviço onde se regista o maior número de vítimas.

Quanto ao número de vítimas, ou seja militares agredidos, o distrito do Porto também se encontra em primeiro, possuindo o registo mais alto, 213 vítimas, em oposição Castelo Branco apresenta 19 vítimas. Quanto ao distrito de Lisboa contabilizou 130 vítimas em ano homólogo. As vítimas caracterizam-se maioritariamente por ter entre 21 e 30 anos, contudo observamos uma evolução do aumento de agressões a militares com idades compreendidas entre os 31 e 40 anos.

Quanto à caracterização dos agressores na sua grande maioria são portugueses, têm entre 21 e 40 anos e, apesar do leque de profissões, destacam-se pelo maior número de casos os indivíduos que se encontram desempregados.

Quanto ao tipo de agressão desenvolvida pelo agressor constata-se que, maioritariamente são somente de agressões verbais¹⁵. Por outro lado as agressões físicas acontecem com menos frequência sendo normalmente precedidas de agressão verbal. Isto significa que por vezes, as agressões verbais acabam por evoluir para o confronto físico.

Encerrando as conclusões do relatório, no que diz respeito a utilização de armas, verifica-se que são situações muito esporádicas, sendo que os agressores na maioria das vezes fazem uso delas para evitarem serem detidos e fugirem, nomeadamente quando os Guardas tentam por cobro a uma situação ilícita. Neste âmbito, a arma branca foi o tipo de arma mais utilizada e o distrito de Setúbal manifesta-se como o distrito com mais situações de agressões contra os militares com recurso a armas, verificando-se 13 casos no ano de 2011.

¹⁴ É o serviço de patrulhamento que visa acorrer a situações incidentes/ocorrências que requeiram a presença da Guarda, de acordo com a NEP/GNR – 3.43, de 30 de dezembro de 2011.

¹⁵ Enquadra-se os crimes de ameaça, art.º153; coação, art.º154; difamação, art.º180 e Injúria, art.º181; todos do CP.

Capítulo 3

O Destacamento Territorial de Sintra

3.1. Introdução

No presente capítulo apresentamos os aspetos mais relevantes sobre o estudo de caso. Inicialmente caracterizamos a área sob jurisdição do DTer de Sintra e a organização orgânica definida, para o cumprimento da missão geral da Guarda neste concelho. Como aproximação aos dados da criminalidade em Sintra, apresentamos os registos da criminalidade participada a nível nacional de forma genérica, pormenorizando este tipo de registos ao nível local definido como amostra.

3.2. Caracterização Sociodemográfica da Área de Estudo

Atendendo ao que foi referido no capítulo anterior sobre a necessidade de analisar o contexto onde se insere o agressor, revela-se fulcral caracterizar a área na qual o estudo se insere. Assim sendo, a área à responsabilidade do DTer de Sintra resume-se ao concelho de Sintra e também à freguesia de Alcabideche.

O concelho de Sintra pertence à Área Metropolitana de Lisboa apresentando-se num lugar de destaque devido ao seu património natural, cultural e histórico, tornando-se um local atrativo para os turistas¹⁶, mas também pela sua grandeza, em termos de território e população (Núcleo Coordenador do Conselho Local de Ação Social de Sintra [NCCLASS], 2004).

O município é delimitado a norte pelo município de Mafra, a sul por Oeiras e Cascais, a este por Loures, Odivelas e Amadora e a oeste pelo oceano atlântico. É no concelho de Sintra mais propriamente na freguesia de Colares que se localiza o Cabo da Roca, ponto mais a oeste do continente europeu. Possui ainda dois eixos principais de ligação à capital, um ferroviário e outro rodoviário (*idem*).

¹⁶ Sintra foi classificada pela UNESCO em 1995 como Património Mundial, no âmbito da categoria Paisagem Cultural.

Em termos de ocupação territorial, a área total do concelho de Sintra é aproximadamente 317 km² o que corresponde a cerca de 23% da área total da Grande Lisboa¹⁷. Aqui residem perto de 378 mil habitantes, distribuídos por cerca de 183 mil alojamentos.¹⁸ A densidade populacional é de 1190,0 hab./km², sendo uma área densamente povoada devido à sua procura em termos habitacionais, por questões de família, trabalho e preço da habitação (NCCLASS, 2004; INE, 2011).

O concelho de Sintra possui 20 freguesias tendo o DTer Sintra sob sua jurisdição nove delas: Almargem do Bispo, Colares, Montelavar, Pêro Pinheiro, Santa Maria e São Miguel, São João das Lampas, São Martinho, São Pedro de Penaferrim e Terrugem. As freguesias de São Pedro de Penaferrim com 14001 habitantes e São João das Lampas com 11392 habitantes evidenciam-se pelo maior número populacional. Por outro lado, as freguesias de Montelavar (3559 habitantes) e de Pêro Pinheiro (4246 mil habitantes) apresentam menor número populacional¹⁹(INE, 2011).

Sintra apresenta-se como um concelho rejuvenescido, com 30% da população (110450 habitantes) com idade inferior a 24 anos, valor acima do valor total nacional, que é de 26%. No que diz respeito ao topo da pirâmide, o grupo etário “mais de 64 anos” continua a crescer representando atualmente 14% da população do concelho. A freguesia de São Marcos destaca-se simultaneamente por possuir a taxa de população mais nova, em que 35% da sua população tem menos de 24 anos e por possuir somente 2% do grupo etário “mais de 64 anos”. Por outro lado, cerca de 30% da população de Mira-Sintra tem mais de 64 anos (*idem*).

A população adulta e economicamente ativa (25 a 64 anos) apresenta-se em grande força, constituindo 57% da população. Contudo apenas 45% tem emprego. É de salientar que neste grupo etário o género feminino superioriza-se em mais de 10000 pessoas em relação ao género masculino. O número de pessoas desempregadas fixa-se em 21403 mil habitantes. À primeira vista é um número significativo para um concelho, contudo ao termos em conta a população total do concelho verificamos que o número de pessoas desempregadas corresponde a aproximadamente 5%. Já as freguesias de Mira-Sintra e São Marcos são aquelas que mais se afastam da média do concelho e, de forma positiva, pois só têm 3% da sua população desempregada.

¹⁷ Grande Lisboa engloba os concelhos: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

¹⁸ Cfr. Quadro n.º 14 - anexo A.

¹⁹ Cfr. Quadro n.º 15 - anexo A.

Quanto ao estado civil, a maioria da população é solteira, 47%, já a percentagem de casados fixa-se nos 41%. Existe um número significativo de Divorciados (27059 habitantes), que equivale a 7 % da população e a restante, 5% é viúva.²⁰ Quanto ao nível de ensino encontra-se em grande parte com altos níveis de formação, pois mais de 30% da população tem pelo menos o ensino secundário. Porém ainda existe uma quantidade significativa sem nenhuma formação, 17% (*idem*).²¹

Ainda relativamente a Sintra importa deixar uma nota sobre uma presença significativa de “ bairros clandestinos”. A génese ilegal de áreas urbanas tem sido um problema com que o concelho de Sintra sempre se deparou. Apesar de não se encontrar dados recentes disponíveis sobre este fenómeno, há a referir que em 1986 existiam perto de 50 bairros clandestinos e em 1996 estavam referenciados 88 bairros de génese ilegal. Este é um problema com a qual as diversas entidades públicas se têm deparado, pois estes bairros para além de ilegais são caracterizados por não terem condições mínimas de vida e por estarem associados a prática de ilícitos criminais. (NCCLASS, 2004)

Segundo NCCLASS (2004), os problemas de Sintra são: as famílias disfuncionais, o isolamento da população idosa, a toxicodependência, os comportamentos desviantes e/ou ilícitos de crianças e adolescentes, a segurança e o sentimento de insegurança.

No que concerne à freguesia de Alcabideche, pertence ao concelho de Cascais e é a freguesia com a maior área do concelho com cerca de 39,76 km² e a segunda freguesia em termos populacionais com 42162 habitantes, tendo crescido aproximadamente 32% na última década. Também tem uma densidade populacional elevada à semelhança do concelho de Sintra com 1060,4 hab./km² (INE 2011). Alcabideche tem 11431 habitantes com menos de 24 anos, o que perfaz 28% da população. Já a população com mais de 64 anos constitui 16% da população e 23581 habitantes estão na faixa etária “24 a 64”, 56% da população total da freguesia. Por sua vez, o desemprego na freguesia fixa-se nos 5% (2107 habitantes) enquanto que 44% estão empregados, o que corresponde a 18394 habitantes (*idem*).²²

Relativamente ao estado civil, Alcabideche apresenta percentagens muito próximas do município de Sintra, pois 46% da população é solteira, 40% é casada, 7% é divorciado e 6 % é viúva. Relativamente ao nível de ensino, a freguesia apresenta melhores resultados que o município de Sintra uma vez que, cerca 40% da população (16491 habitantes) possui

²⁰ Cfr. Quadro n.º 16 – anexo A.

²¹ Cfr. Quadro n.º 17 – anexo A.

²² Cfr. Quadros n.ºs 7, 8 e 9 – apêndice A.

pelo menos o secundário e aproximadamente 8% (3254 habitantes) da população não possui qualquer tipo de formação (*idem*).²³

Alcabideche caracteriza-se por possuir um Hospital, Dr. José de Almeida, desde 2010 e por ter vários eixos de comunicação, sendo de destacar a A5 e a nova autoestrada A16/IC30 que facultam aos cidadãos do concelho novos caminhos de acesso a Lisboa e ao Norte do País. A freguesia tem vindo a crescer de forma exponencial na última década, contudo ainda apresenta alguns problemas em termos habitacionais e sanitários. Possui alguns bairros problemáticos, nomeadamente o bairro da Cruz Vermelha, o bairro Novo de Alcoitão e o bairro da Adroana, estando os mesmos relacionados a práticas ilícitas. Este facto tem dado uma conotação negativa à freguesia.

Em suma, a área do DTer de Sintra, é composta pelas freguesias referidas inicialmente e pela freguesia de Alcabideche. A região caracteriza-se por ter um grande património natural, cultural e histórico, para além disso é uma região fronteiriça da metrópole com um custo de vida mais acessível em relação a esta. Isto tem levado as pessoas a fixarem-se na área, o que tem aumentado a densidade populacional e habitacional. A população caracteriza-se por ser jovem e economicamente ativa, sendo que grande parte ou é solteira ou é casada. A mesma apresenta baixos níveis de desemprego em relação à média nacional, que se fixava a data dos censos 2011 em 13,8% e encontra-se uma população com altos níveis de ensino. Todavia, a região possui bairros com problemas habitacionais e sociais, estando os mesmos ligados a comportamentos desviantes e práticas ilícitas, o que tem causado um sentimento de insegurança no seio da população.

3.3. A Guarda Nacional Republicana em Sintra

A Guarda possui diversas unidades para o cumprimento da sua missão²⁴. As Unidades Territoriais encontram-se dispersas por todo o país, organizadas em Comandos Territoriais, num total de 20, sendo 18 no continente nacional, o que corresponde um por distrito, com sede na capital de distrito e dois nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Os Comandos são responsáveis pelo cumprimento da missão da Guarda na área da responsabilidade que lhe for atribuída. Para tal, cada CTer ramifica-se em subunidades designadas destacamentos e estes por sua vez articulam-se em Postos. Os destacamentos

²³ Cfr. Quadro n.º 10 – apêndice A.

²⁴ Cfr. O disposto nos artigos 3º e 22º, da lei 63/2007 de 6 de novembro.

por sua vez podem ser de intervenção, territoriais ou de trânsito. Relativamente ao CTer de Lisboa podemos identificar nove destacamentos divididos pelas três vertentes,²⁵ onde se insere o Destacamento Territorial de Sintra.

O DTer de Sintra integra na sua orgânica e dependência quatro PTer's, o PTer Alcabideche, o PTer Colares, o PTer Pêro Pinheiro e o PTer de Sintra.²⁶ O PTer Alcabideche e o PTer de Sintra são na verdade Subdestacamentos Territoriais, (SubdTer) e não PTer. Tal deve-se a questões operacionais em que é necessário o PTer possuir um efetivo superior, ficando como tal na dependência de um oficial subalterno, alferes ou tenente, designando-se deste modo SubdTer.

3.4. A Criminalidade no Destacamento Territorial de Sintra

As forças e serviços de segurança (FFSS) assumem-se como os principais organismos públicos do Estado para o garante da segurança interna, competindo-lhes, particularmente, prevenir e reprimir a criminalidade.²⁷ Neste âmbito e no que apraz dizer sobre os últimos registos da criminalidade, importa focar a relevância do DTer de Sintra.

A criminalidade em geral tem vindo a decrescer desde 2009, atingindo no ano transato o valor mais baixo dos últimos 5 anos, 395827 crimes.²⁸ No que diz respeito à criminalidade violenta e grave²⁹(CVG), verificou-se um aumento considerável no ano de 2010, face a 2009, porém nos últimos três anos a CVG tem diminuindo substancialmente, fixando-se no ano transato em 22720 crimes³⁰, valor mais baixo desde 2007. Seguidamente, e tendo em conta o encadeamento do presente estudo, o crime de resistência e coação sobre funcionário sofreu um drástico aumento em 2010, traduzido em mais de 10 % face a 2009, atingindo no ano de 2012 o valor mais alto de que há registo, com 1863 crimes participados. Este tipo de crime insere-se no grupo dos crimes contra o Estado³¹, que tem aumentado ao longo dos anos cifrando-se no ano transato em 6725 crimes³². Quanto ao crime de resistência e coação sobre funcionário, derivado ao seu gradual e

²⁵ Cfr. A alínea j) do anexo I da Portaria 1450/2008 de 16 de dezembro.

²⁶ Idem. Existe também o PTer de Terrugem, contudo este não está implementado.

²⁷ Cfr. O disposto nos artigos 1.º e 25.º da lei 53/2008 de 29 de agosto.

²⁸ Cfr. Figura n.º 22 – anexo B.

²⁹ Cfr. O disposto na alínea j) do art.º 1 do Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro (CPP).

³⁰ Cfr. Figura n.º 23 – anexo B.

³¹ Cfr. O disposto no Título V do Livro II do CP.

³² Cfr. Figura n.º 24 – anexo B.

sistemático aumento, representa atualmente cerca de 28% deste grupo de crimes (Sistema de Segurança Interna, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).³³

Relativamente à Guarda e em particular ao presente estudo, a criminalidade participada a nível nacional tem vindo a diminuir, acompanhando desse modo a tendência nacional, situando-se no ano transato em 186208 crimes, dos quais 16946 (10%), foram registados no CTer de Lisboa e destes 5497, (32% do CTer de Lisboa), ocorreram na área de jurisdição do DTer de Sintra.³⁴ No que concerne à CVG está tem igualmente sofrido um decréscimo na qual a Guarda participou 4574 crimes, destes, 576 (13%) foram registados no CTer de Lisboa e por último, 218 crimes (38% do CTer de Lisboa), aconteceram na área do DTer Sintra.³⁵ Todavia, quanto à criminalidade contra o Estado, participada pela Guarda no ano de 2012, esta totalizou-se em 2883 crimes³⁶. Neste âmbito, o CTer de Lisboa não acompanha o panorama nacional e institucional, apresentando um decréscimo no pretérito ano, com a contabilização de 240 crimes (8%), 51 dos quais, (21% do CTer de Lisboa) no DTer de Sintra³⁷. Finalizando, o número de crimes de resistência e coação sobre funcionário, nomeadamente sobre os militares da Guarda tem aumentado, contabilizando em 2012 um total de 830 agressões³⁸. Neste âmbito, no CTer de Lisboa registaram-se 58 situações, (7%) e destas, 35 (60% do CTer de Lisboa) ocorreram no DTer de Sintra.³⁹

Em termos de caracterização geral da criminalidade na área do DTer de Sintra podemos referir que os crimes contra o património têm maior incidência. Dentro deste grupo de crimes é de realçar a predominância dos crimes de furto em residência, com 849 crimes em 2012. Há ainda a referir que os crimes de furto em estabelecimento, o furto de metais não preciosos e o roubo por esticção têm vindo a aumentar substancialmente. O aumento deste tipo de crimes poderá dever-se a atual conjuntura nacional e as dificuldades económicas sentidas. É de salientar o crime de violência doméstica, pois em 2010 ocorreram 357 crimes, em 2011, 354 crimes e, apesar de ter descido no ano 2012, apresentou ainda 214 crimes, o que perfaz no total 925 crimes por violência doméstica em três anos.⁴⁰

Em suma, o DTer de Sintra apresenta no último triénio um total de 17374 crimes, o que equivale a uma média anual aproximada de 5792 crimes.

³³ Cfr. Quadro n.º 11 – apêndice B.

³⁴ Cfr. Quadro n.º 18 – anexo C e quadro n.º 22 – anexo D.

³⁵ Cfr. Quadro n.º 19 – anexo C e quadro n.º 23 – anexo D.

³⁶ Cfr. Quadro n.º 20 – anexo C

³⁷ Cfr. Quadro n.º 21 – anexo C. O registo do DTer de Sintra foi fornecido pelo próprio comandante.

³⁸ Cfr. Quadro n.º 20 – anexo C.

³⁹ Cfr. Quadro n.º 21 – anexo C. O registo do DTer de Sintra, foi obtido no trabalho de campo

⁴⁰ Cfr. Quadros n.ºs 24 e 25 – anexo D.

Capítulo 4

Trabalho de Campo – Metodologia e Procedimentos

4.1. Introdução

Concluída a exposição da revisão da literatura, é chegado o momento de expor como se procedeu à investigação de campo. Esta assume-se como uma investigação científica pois é um “processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação.” (Fortin, 1996, p.17). Para tal, foram selecionadas as variáveis relevantes sobre as quais se recolheram, registaram e analisaram as informações válidas e fiáveis (Sarmiento, 2008).

Deste modo apresentamos de seguida a metodologia de análise, os procedimentos e as técnicas utilizadas, bem como o universo e a amostra sob a qual o estudo decorreu.

4.2. Método de Abordagem

No presente trabalho de investigação pretendemos estudar a evolução das agressões sofridas pelos militares da Guarda do DTer de Sintra nos últimos três anos, 2010 a 2012.

Como tal realizámos um estudo de caso. Este é indicado para investigadores isolados, porque possibilita estudar um determinado problema, com a profundidade que interessar e em pouco tempo. Porém exige do investigador uma atitude bastante interventiva. A base será constituída pelo trabalho de campo e pela análise documental e a partir destes pode-se expor os factos, para posteriormente através de uma análise se estabelecer relações entre os mesmos (Bell, 2010; Quivy e Campenhoudt, 2008).

A análise dos factos no estudo de caso permite tirar conclusões objetivas e precisas, que um estudo de maiores dimensões não consegue obter e que se revelam de extrema importância para o sucesso ou insucesso de uma organização (Bell, 2010; Freixo, 2010). O estudo de caso contribui “para aumentar o entendimento de fenómenos sociais complexos.”

(Freixo, 2010, p. 110). Neste estudo, o fenómeno em causa é a problemática das agressões contra os militares da Guarda.

Estas foram as razões que levaram à escolha do estudo de caso, contudo o estudo não incide num curto período de tempo, pois interessou estudar a evolução das agressões cometidas contra os militares da Guarda e para tal decidimos estudar três anos.

O estudo de caso é “um termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso.” (Adelman, Jenkins e Kemmis apud Bell, 2010). Podemos então afirmar que o estudo de caso engloba vários métodos de recolha de informação que serão escolhidos de forma a possibilitar a concretização dos objetivos definidos.

Este estudo foi desenvolvido a partir de hipóteses que foram levantadas como possíveis respostas às questões, partindo de uma omissão de conhecimentos sobre a temática, por outras palavras, aplicou-se o método hipotético-dedutivo. A tarefa consiste em aferir a validade das hipóteses levantadas perante as questões do problema da investigação (Freixo, 2010).

Face aos objetivos definidos e perante a tarefa de confirmar ou refutar as hipóteses houve a necessidade de recorrer ao método descritivo e à observação indireta.

O método descritivo é um método que permite obter as características precisas das variáveis que estão relacionadas com o fenómeno que se pretende estudar. Para a concretização deste método procedemos a uma pesquisa quantitativa, materializando-se esta na recolha e análise documental (*idem*).

A observação indireta verifica-se quando o investigador tem a necessidade de recorrer aos sujeitos para obter as informações que precisa (Quivy e Campenhoudt, 2008). Para tal procedemos a uma pesquisa qualitativa concretizando-se esta na aplicação de entrevistas⁴¹, uma vez que, a partir de uma análise sistemática do conteúdo das entrevistas consegue-se testar as hipóteses de trabalho (*idem*).

4.3. Procedimentos e Técnicas

Atendendo ao exposto anteriormente e que a redação da investigação deverá possibilitar ao leitor, replicar os métodos, os procedimentos e as técnicas empregues na

⁴¹ Sarmento (2008), considera o recurso a entrevistas como um método inquisitivo, pois assenta no interrogatório escrito ou verbal.

investigação, dissecamos de seguida as formas de pesquisa e as técnicas utilizadas no estudo.⁴² Deve-se ter em conta que a escolha das técnicas a utilizar depende, “na realidade, dos objetivos da investigação, do modelo de análise e das características do campo de análise” (Quivy e Campenhoudt, 2008).

4.3.1. Recolha e Análise Documental

A análise de dados documentais serve na maioria das vezes para complementar a informação obtida através de outras técnicas. Porém noutro tipo de trabalhos, como é o caso, constitui-se na técnica de pesquisa central. A análise documental é uma fonte de dados extremamente importante (Bell, 2010).

Neste âmbito, recorreremos à análise de autos de notícia,⁴³ referentes aos crimes perpetrados contra os militares do DTer Sintra, no triénio de 2010, 2011 e 2012.

A organização, consulta e análise dos autos efetuou-se no período compreendido entre 1 e 10 de junho do presente ano. Esta teve lugar no DTer de Sintra, mais propriamente nos seus SubdTer's e PTer's. Em cada um dos locais recorreremos à consulta do livro de registo de autos de notícia por processos-crime, de forma a identificar e selecionar de entre todos os crimes registados, aqueles que foram cometidos contra os militares da Guarda⁴⁴.

Apesar de o SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) estar implementado e permitir processar os crimes que interessam decidimos não recorrer a este meio por dois motivos. O primeiro por ter sido implementado em 2010 e não ser certo que possui os registos de todos os crimes desse ano. O segundo deveu ao facto do SIIOP não dispor ainda dos dados consolidados, derivado à sua recente implementação.

Após identificados os processos crimes que interessavam ao estudo, procedemos à sua recolha nos arquivos e analisámos individual e exaustivamente cada um, com o intuito de obter toda a informação relevante para o estudo. Para tal, elaborámos previamente várias tabelas no *Microsoft Office Excel 2007*. Estas tabelas dividiram-se em dois fatores, os situacionais, onde inserimos todos os elementos sobre a situação em si; e individuais relativos ao agressor, onde pretendemos caracterizar o mesmo.

⁴² Cfr. O disposto na NEP n.º520/DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

⁴³ Cfr. O art.º 243, sob a epígrafe “Auto de notícia”, do Cap. I do Título I, do Livro II da Parte II do CPP.

⁴⁴ Os crimes selecionados foram: Ameaça e Coação, Injúria, Difamação, Ofensa a Integridade Física, Resistência e Coação sobre Funcionário e Desobediência.

Este procedimento foi realizado para cada um dos autos de notícia e revelou-se essencial para a celeridade da análise.

Posteriormente, os dados retirados dos autos foram agrupados por anos e Posto Territorial onde foram registados. Com recurso ao *Microsoft Office Excel 2007* realizámos o tratamento informático de onde resultaram os somatórios, parcelas e gráficos que sustentaram a análise e discussão dos resultados.

A opção pelo estudo de três anos deveu-se à necessidade de verificar a evolução das agressões levadas a cabo contra os militares do DTer de Sintra. Decidimos iniciar o nosso período em 2010 porque neste ano verificou-se um aumento da criminalidade violenta e grave, assim como do crime resistência e coação sobre funcionário.⁴⁵ Ao estudar-se o último triénio, consegue-se conjecturar qual a tendência evolutiva do fenómeno das agressões contra os militares do DTer de Sintra, num futuro próximo.

4.3.2. Entrevistas

A partir da técnica anterior obtivemos dados estatísticos precisos e objetivos, porém decidimos realizar entrevistas como um complemento à técnica anterior. Entendemos que é importante recolher o depoimento daqueles que estão no terreno e que experienciaram as mais variadas situações em que foram vítimas de agressão. O fenómeno das agressões a agentes da autoridade, não pode, nem deve ser somente traduzido em números.

Assim sendo, no início do capítulo expusemos o recurso a observação indireta através de uma pesquisa qualitativa, materializando-se esta em entrevistas. A entrevista permite obter elementos de reflexão muito ricos e com uma alta autenticidade e profundidade. Deste modo recorremos à entrevista semiestruturada pois a mesma apoia-se num guião cujo objetivo é registar as informações requeridas pelas hipóteses, mas onde o entrevistado também pode falar sobre outros assuntos. Este tipo de entrevista é especialmente importante no caso de estudos que possuem um prazo limitado de tempo (Bell, 2010; Quivy e Campenhoudt, 2008; Sarmiento, 2008).

Apesar de a entrevista ser semiestruturada, segundo Quivy e Campenhoudt (2008) adotámos um pouco da entrevista centrada, pois as respostas às entrevistas tiveram em conta os acontecimentos vivenciados pelos militares entrevistados.

⁴⁵ Cfr. Quadro n.º 11 – apêndice B.

No dia 5 de julho realizámos uma entrevista presencial a um militar que estava fora do contexto do estudo. O objetivo desta entrevista foi perceber qual seria a percepção que os entrevistados teriam das questões, o que levou a alterar pormenores essenciais para a interpretação das questões. No dia 9 de julho enviámos o guião de entrevista acompanhado da carta de apresentação⁴⁶ aos restantes entrevistados, através do correio eletrónico institucional, sendo a última resposta obtida no dia 16 de julho.

Concluindo, realizámos uma análise de conteúdo que consistiu na identificação de partes semelhantes entre as respostas. Esta análise foi concretizada com recurso a um quadro sinopse. Após esta análise extraímos as conclusões (Sarmiento, 2008).

4.4. Universo e Amostra

Para a realização da presente investigação definimos como campo de análise o DTer Sintra. Em primeiro lugar a escolha deveu-se à elevada criminalidade participada pelo DTer⁴⁷. Em segundo lugar, devido ao facto da região possuir uma grande extensão territorial e possuir um grande património natural, cultural e histórico, como tal é uma região muito procurada. Por último, devido à proximidade e à simpatia para com a região.

No que diz respeito à recolha documental, esta teve em conta os crimes cometidos no último triénio contra os militares da Guarda, no desempenho das suas funções ou por causa delas. Assim, foram analisados todos os autos de notícia elaborados no DTer Sintra.⁴⁸ Deste modo, conseguimos analisar a totalidade da população, ou seja “o conjunto de elementos constituintes de um todo”, (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 160).

Quanto às entrevistas, estas foram realizadas a alguns dos militares agredidos.⁴⁹ A sua seleção assentou em características como a reincidência enquanto vítima e a natureza do incidente. Quanto a natureza do incidente procurámos abranger diversas situações de agressão contra os militares, pois para conseguirmos garantir que o estudo de caso abordou a realidade na sua plenitude, “é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo.” (Guerra, 2010, p.41).

⁴⁶ Cfr. Apêndice C.

⁴⁷ Cfr. Quadro n.º 18 – anexo C e quadro n.º 22 anexo – D.

⁴⁸ Cfr. Quadro n.º 12 – apêndice D.

⁴⁹ Cfr. Quadro n.º 13 – apêndice D.

Capítulo 5

Trabalho de Campo — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

5.1. Introdução

No presente capítulo pretendemos apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos na investigação de campo através da análise dos autos de notícia e das entrevistas, complementando-se este procedimento com a apresentação de gráficos e/ou quadros para facilitar a compreensão. No final testamos as hipóteses formuladas.

5.2. Análise e Discussão dos Autos de Notícia

O procedimento referido aplica-se, neste subcapítulo, no que concerne aos autos de notícia recolhidos no DTer de Sintra, por agressões contra os militares da Guarda, no triénio de 2010 a 2012. Para facilitar a compreensão da análise, decidimos dividir a análise por evolução temporal, caracterização situacional e distribuição espacial, *modi operandi* do agressor, caracterização do agressor e análise dos danos sofridos pelos militares.

A apresentação dos gráficos é precedida da sua análise e discussão. Quanto aos gráficos selecionados, decidimos utilizar dois tipos, os gráficos circulares e os gráficos de colunas ou de linhas. Os primeiros foram utilizados quando não se registaram variações significativas para o estudo, como tal só importa apresentar o total do triénio. Recorremos aos gráficos de colunas ou de linhas quando se verificou uma variação ao longo do período em estudo, implicando a conseqüente análise e discussão dessas variações.

5.2.1. Evolução Temporal

Apurámos a existência de 103 agressões no triénio, sendo a sua distribuição anual praticamente constante, situando-se entre os 33% a 34%.

Quanto ao tipo de agressão, verificamos que a agressão física e verbal em simultâneo foi aquela que mais se repetiu, num total de 54% (56 agressões), a agressão verbal fixou-se nos 38% (39 agressões) e a agressão física situou-se nos 8% (8 agressões). Analisando em conjunto as situações de agressão física com as agressões físicas e verbais em simultâneo, registámos um total de 64 agressões (62%).

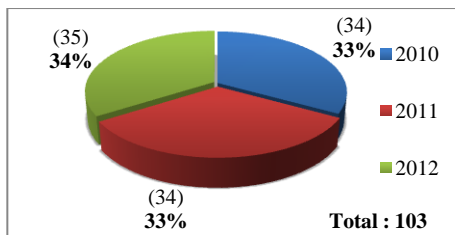


Figura n.º 1 – Total de Agressões

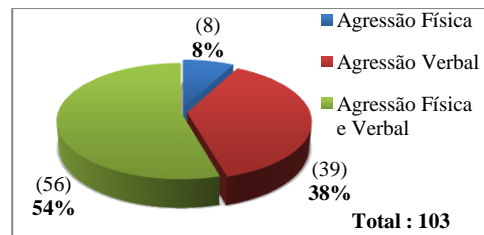


Figura n.º 2 – Tipo de Agressões

Relativamente a evolução do tipo de agressões, observamos um decréscimo acentuado das agressões verbais, de 19 em 2010 para nove em 2012. Todavia as agressões físicas aumentaram de um registo em 2010 para quatro em 2012. As agressões verbais e físicas também aumentaram, passando de 14 para 22 casos de agressão em período homólogo. Deste modo aferimos não só o aumento das agressões físicas, mas também o decréscimo das agressões verbais.

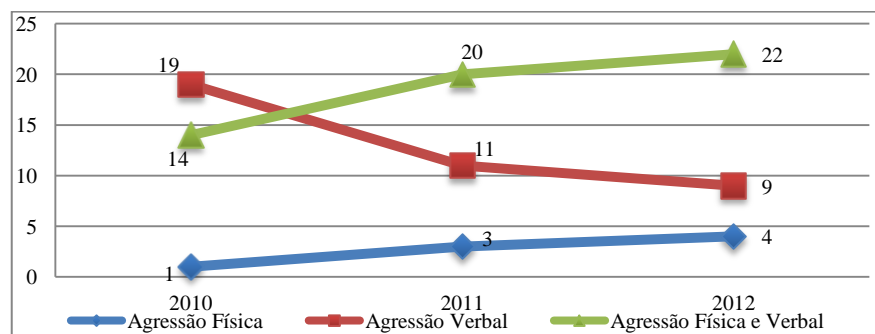


Figura n.º 3 – Evolução do Tipo de Agressões

Quanto à distribuição por mês na totalidade do triénio, realçamos que os meses de outubro, com 11 agressões e o mês de agosto com 10 agressões são os que apresentam mais casos de agressões contra os militares. Todavia o mês de outubro ao longo dos anos tem vindo a registar menos situações, contrariamente o mês de agosto que apresentou no

último ano o registo mais elevado, num total de seis agressões. Identificamos grandes variações ao longo do período em estudo, pois 2010 regista mais casos em outubro e em março, já 2011 regista mais casos em janeiro e fevereiro, sendo que nos meses de verão apresenta menos situações. Por outro lado, o ano de 2012 regista mais agressões, 22 situações nos meses mais quentes (maio a setembro) destacando-se os meses de agosto e de maio, seis e cinco agressões, respetivamente.

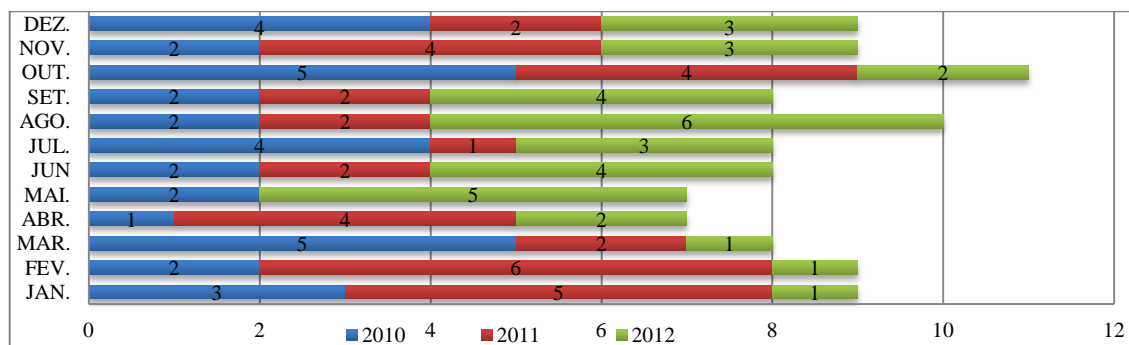


Figura n.º 4 – Evolução das Agressões por mês

Por último, no que concerne ao período horário em que se deram as agressões decidimos dividi-lo em turnos de seis horas, devido a extensa panóplia de horas em que ocorreram as agressões e de forma a facilitar a formalização de conclusões. Deste modo verificamos a predominância das agressões nos períodos compreendidos entre as 18h00 e as 06h00, correspondendo a 68% do total das agressões, correspondente a 70 ocorrências. Este período equivale ao final da tarde e início de noite até de madrugada. Ou seja, é o período em que a maioria das pessoas não desempenha a sua profissão laboral e frequenta locais de diversão. Contrariamente, o período das 06h00 até às 11h59 foi aquele onde ocorreram menos agressões, cerca de 11%, no valor absoluto de 11 agressões.

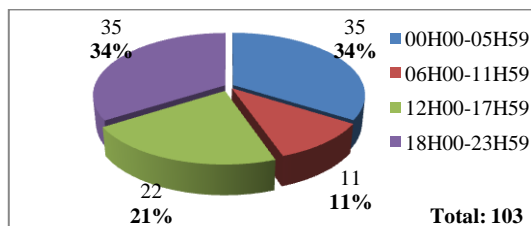


Figura n.º 5 – Períodos das agressões

5.2.2. Caracterização Situacional e Distribuição Espacial

O serviço de patrulha às ocorrências foi onde se registaram mais situações de agressões dirigidas aos militares, 45% dos casos (47 agressões). No grupo dos “outros” inserem-se as situações fora do serviço diário dos PTer’s, nomeadamente, as situações em que os militares estavam de folga.⁵⁰

No que diz respeito ao número de militares agredidos verificamos que na maioria das vezes a força é composta por uma parilha, 46% (47 situações), o que se deve ao facto de o serviço de patrulha às ocorrências ser desempenhado maioritariamente por dois militares. Só em situações pontuais, como por exemplo durante o período noturno é que as patrulhas são constituídas por três militares.

Constatamos ainda um elevado número de agressões perpetradas contra os militares quando a força é composta por três ou mais militares, 46% (48 situações). Por outro lado existe menos situações de agressões perante um militar isolado, 8% (8 situações).

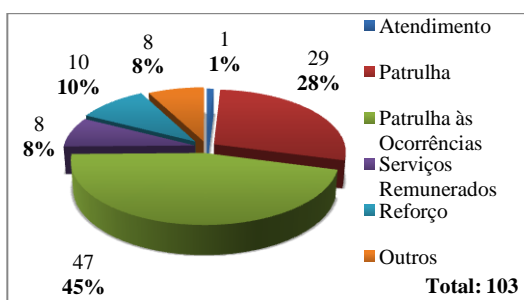


Figura n.º 6 – N.º de vítimas por serviço desempenhado

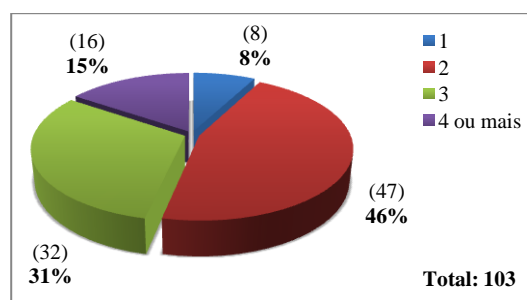


Figura n.º 7 – N.º de vítimas por agressão

No que concerne às situações que precedem as agressões verificamos que das 103 situações de agressões registadas, somente em oito situações as agressões ocorreram sem ter existido antes qualquer tipo de intervenção policial (IP), tendo a agressão surgido de forma espontânea e imprevista. Observamos ainda que a maioria das situações ocorrem após a IP com o propósito de fazer cessar um ilícito criminal ou contraordenacional, correspondendo a 78 situações, o que equivale a 75% das agressões.

Notamos que as agressões despoletadas após a IP por contraordenação (Co) diminuíram de 14 para seis agressões. Em contrapartida, aumentaram de 14 para 20 as agressões levadas a cabo contra os militares, após a IP em suspeita da prática de um crime.

⁵⁰ Apesar de os militares estarem de folga as agressões foram contabilizadas devido ao facto de se ter apurado que a agressão efetivou-se por razões de serviço.

Aumentaram ainda de um para sete, as agressões que se sucederam após a ocorrência de incidentes, por exemplo acidentes de viação.

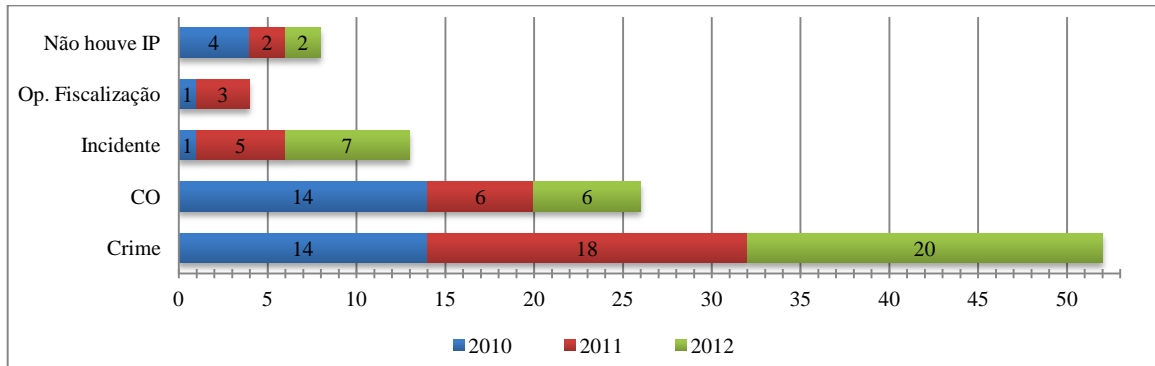


Figura n.º 8 – Agressões por situações precedentes

Relativamente ao local onde se verificaram as agressões, atestamos a predominância da ocorrência em zonas públicas, 64% (66 ocorrências), sendo de destacar o arruamento, 41 ocorrências, e as zonas noturnas com 20 ocorrências. Estas zonas caracterizam-se por possuírem estabelecimentos de diversão noturna, com grande afluência de pessoas. Verificamos em 2012 o surgimento dos recintos desportivos como locais de agressão contra os militares, com quatro situações registadas. Por outro lado, nos locais comerciais, diminuíram de sete para três situações de agressões aos militares. As situações ocorridas no hospital dizem respeito ao hospital Doutor José de Almeida, situado em Alcabideche.

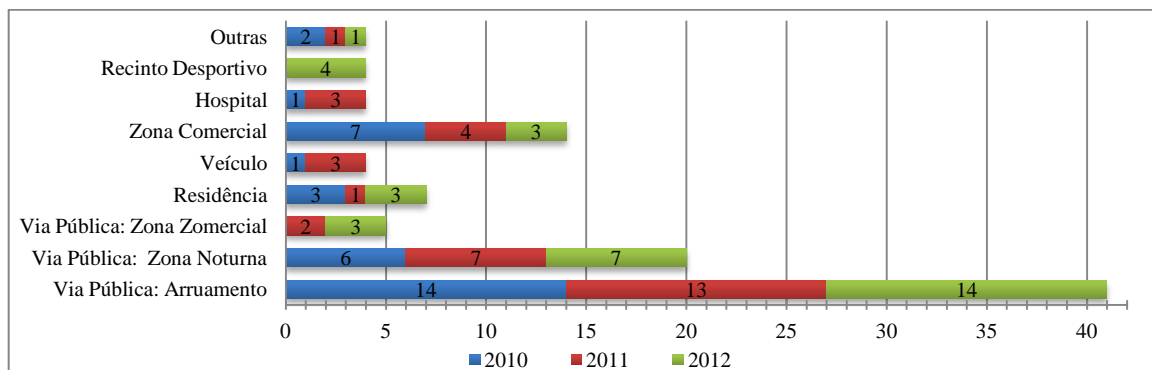


Figura n.º 9 – Agressões por local

5.2.3. *Modi Operandi* do Agressor

No que concerne ao tipo de agressão utilizado pelos diversos agressores verificámos anteriormente que, as agressões físicas têm aumentado em relação as agressões verbais. Porém importa analisar o modo de agressão⁵¹ aquando das agressões físicas e das agressões físicas e verbais, pois em ambas é possível determinar o *modi operandi* (MO).⁵²

Deste conjunto apuramos a existência de 64 situações num total de 103. No universo das 64 agressões constatámos que em 64% (41 agressores) dos casos foi utilizada a força física (FF) para agredir os militares e observamos ainda que as agressões através da FF aumentaram de nove para 15 casos. Identificámos 15 agressões em que os agressores fizeram uso de mais de um meio de agressão. Em 2011 registamos uma situação de agressão através de arremesso de objetos (AO) e utilização simultânea do uso de arma branca (AB). Em 2012 identificamos uma situação de agressão, em que o agressor atuou fazendo uso de três meios de agressão, concretamente FF, outro instrumento (marreta) e arma de fogo (AF).

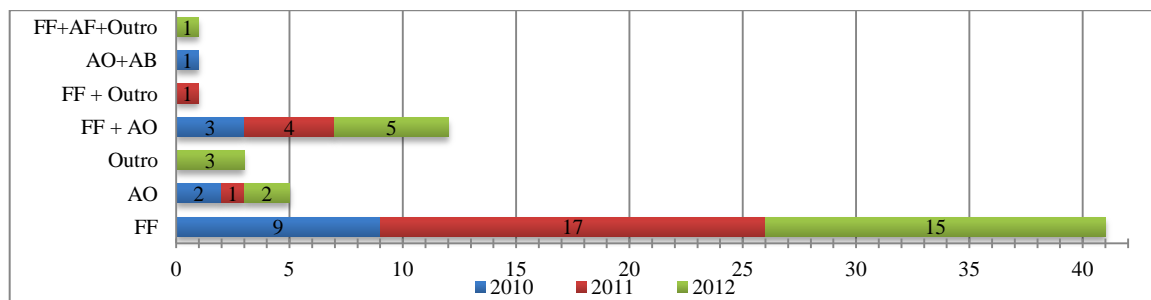


Figura n.º 10 – Meio de agressão utilizado

No que diz respeito ao número de agressores por situação, destacou-se a atuação isolada do agressor, com 82% (85 situações). Neste ponto, observámos ainda o aumento das agressões individuais, de 26 para 30, ao longo do período em estudo. Contrariamente têm diminuído as situações de agressão efetuadas por dois agressores, uma vez que se registaram seis situações em 2010 e no ano de 2012 só houve registo de uma situação. É de

⁵¹ Tornou-se inoperacional materializar as diversas formas de agressão verbal, como tal decidimos agrupar essas situações.

⁵² Privilegiámos indicar os MO usados, pois este permite uma análise mais detalhada das agressões contra os militares da Guarda, em vez de se usar a tipificação penal, que reduzia as situações maioritariamente aos casos de “resistência e coação sobre funcionário”;

elencar que em 2010 não houve registo de agressões, perpetradas por grupos de agressores (mais de três agressores), em 2011 surgiu a primeira situação e no ano de 2012 registaram-se duas situações.

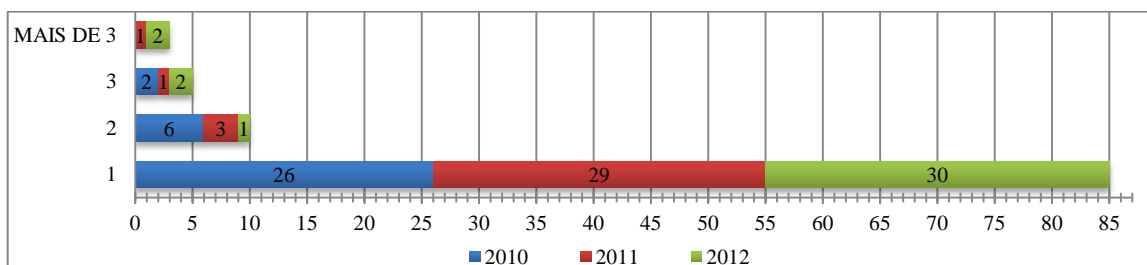


Figura n.º 11 – N.º de agressores por situação

5.2.4. Caracterização do Agressor

Foi possível caracterizar um total de 122 agressores, verificando-se que 113 são do género masculino e nove são do género feminino. Houve ainda três agressores e dois grupos de indivíduos que não foram identificados, tendo os mesmos logrado fugir. 103 são de nacionalidade portuguesa, perfazendo 84% do total e 19 são estrangeiros.

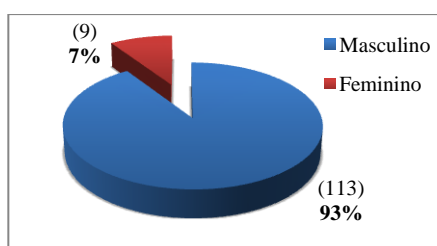


Figura n.º 12 – Género dos agressores

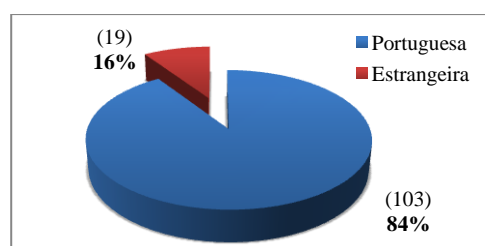


Figura n.º 13 – Nacionalidade dos agressores

Quanto à idade dos agressores decidimos criar faixas etárias de forma a possibilitar potenciar as conclusões. Assim, constatamos que a maioria dos agressores, 34% (42 agressores) enquadra-se na faixa etária dos “21 a 30” anos. Importa ainda constatar as diferenças entre os diversos anos, pois verificámos uma evolução significativa. Em 2010, a maioria situa-se na faixa etária “16 a 20” e “21 a 30”, contabilizando no conjunto dos dois grupos 63% (27 agressores). Em 2011, o padrão do agressor, quanto à idade fixa-se na

faixa etária “21 a 30” e “31 a 40”, totalizando 74% (30 agressores). No ano de 2012 prevalece a faixa etária “21 a 30” e “41 a 50”, perfazendo 58% (22 agressores).

Assim concluímos que apesar da prevalência na faixa etária dos “21 a 30”, verificamos, ao longo do período em estudo, a tendência para a existência de agressores com idades mais avançadas.

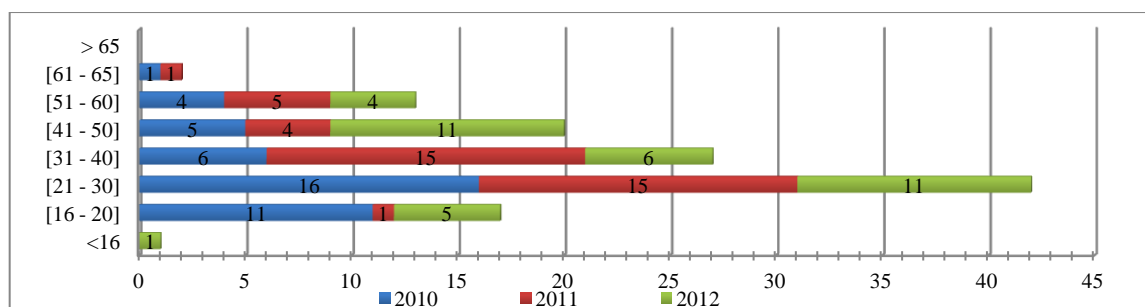


Figura n.º 14 – Faixa etária dos agressores

Relativamente ao estado civil dos agressores, os indivíduos solteiros sobressaem na análise com 66% (80 agressores). Contudo, observamos ao longo do período em estudo uma diminuição no número de solteiros, de 32 para 20 agressores, por outro lado verificamos um aumento de agressores divorciados, dois para sete, em período homólogo.

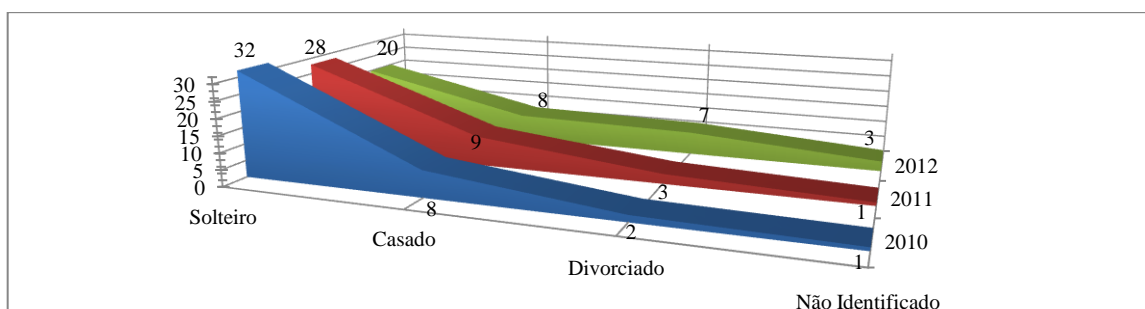


Figura n.º 15 – Estado civil dos agressores

Observamos que por três vezes foi realizado o teste do álcool no sangue, através do ar expirado, tendo o resultado sido positivo. Verificamos que segundo o relatado no auto de notícia, 34 dos agressores aparentavam estar alcoolizados, porém não foi realizado qualquer teste. O mesmo se passou com os 65 agressores que aparentavam não estar sob

feito. Em 21 dos autos não existia referência a quaisquer testes ou verificações de despistagem de álcool ou estupefacientes.

No que diz respeito à situação laboral dos agressores constatamos que a maioria possuía emprego, num total de 41 agressores, o que corresponde a 34% e que 25 estavam desempregados, perfazendo 20%. Não foi possível identificar a profissão de uma percentagem significativa de agressores, registada em 34% (42 agressores).

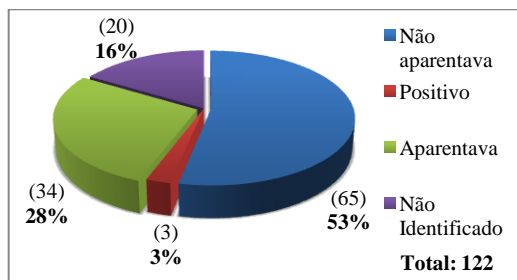


Figura n.º 16 – Influência de álcool ou outras drogas

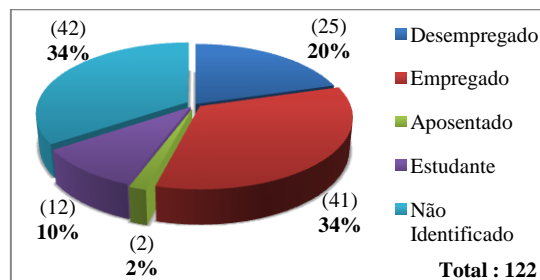


Figura n.º 17 – Situação laboral dos agressores

5.2.5. Análise dos Danos Sofridos pelos Militares

Resultante das 103 agressões, verificamos que 64 militares foram agredidos fisicamente. Importa agora atender às consequências dessas agressões no que concerne aos danos sofridos pelos militares. Assim, registamos uma totalidade de 40 militares que sofreram ferimentos, sendo que 20 necessitaram de receber tratamentos hospitalares. Avaliando a evolução ao longo do período em estudo observamos um aumento contínuo, pois em 2010 houve seis militares feridos e que destes quatro foram hospitalizados. Em 2011, 13 militares foram feridos, dos quais sete receberam tratamento e em 2012 registou-se 21 militares feridos com nove hospitalizados.

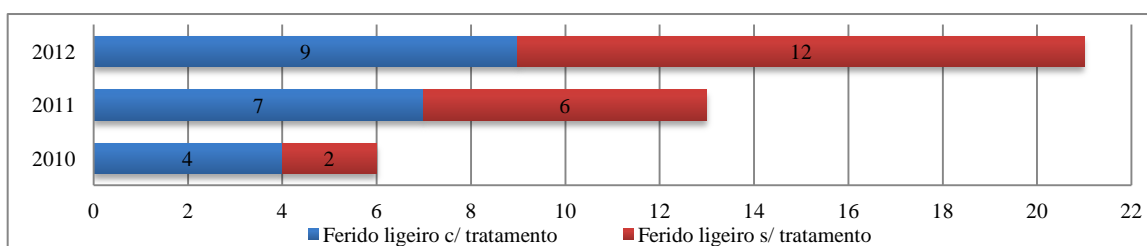


Figura n.º 18 – Tipo de ferimento por militar

Ao analisarmos os ferimentos sofridos pelos militares por situação precedente à agressão, observamos que, no total do triénio ocorreu um aumento exponencial de militares feridos, pois em 2010 registou-se seis situações, em 2011 registou-se 13 ocorrências e em 2012 ocorreram 21 casos em que os militares ficaram feridos derivado às agressões sofridas.

Ao dissecarmos individualmente cada ano, presenciamos que no ano de 2010 a situação mais preocupante foi quando os militares se encontravam fora de serviço, 3 militares feridos, o que se deve essencialmente a questões de vingança ou de menosprezo⁵³ por parte dos agressores, face às funções dos militares. Nos anos de 2011 e 2012 as situações mais alarmantes foram os distúrbios com 10 militares feridos, em cada ano. Quanto às situações de violência doméstica, houve quatro militares feridos.

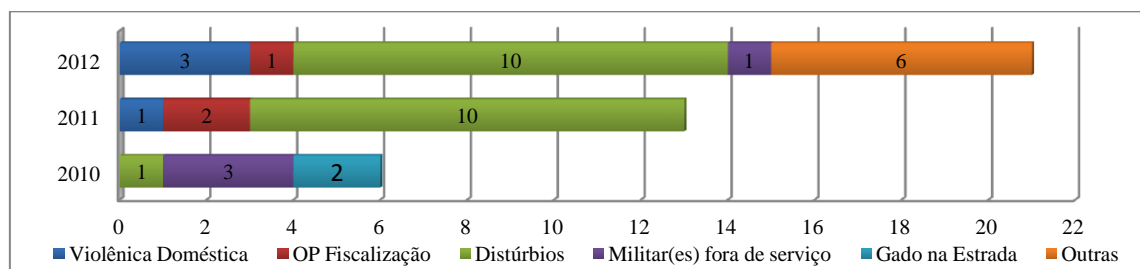


Figura n.º 19 – N.º de militares feridos por situação⁵⁴

Após analisado o tipo de ferimento por militar, ou seja a necessidade de hospitalização ou não, assim como, depois da análise ao número de militares feridos por tipo de situação, importa agora conjugar estas duas análises. Deste modo pretendemos dissecar o tipo de ferimento por situação.

Ao analisarmos o triénio, no seu todo, observamos que as situações de distúrbios evidenciam-se como as mais graves, pois resultaram desse tipo de situação, 21 militares feridos, ou seja mais de 50% dos feridos. Destes 20, 12 necessitaram de receber tratamentos, o que equivale a 60% dos militares que necessitaram de ser hospitalizados.

De seguida, as situações de violência doméstica, apresentaram quatro (10% do total dos feridos), militares feridos, que por sua vez três (15% dos feridos c/ tratamento)

⁵³ Confirmou-se através da análise dos autos de notícia em questão.

⁵⁴ Foram selecionadas as situações, das quais, resultaram a necessidade de hospitalização dos militares. As situações que em que só se verificaram ferimentos sem necessidade hospitalar foram agrupadas no grupo “outras”.

necessitaram de receber tratamento hospitalar. Surgem ainda outras situações em que os militares sofreram ferimentos, como por exemplo: durante as operações de fiscalização de trânsito e de estabelecimentos e uma ocorrência de gado na estrada.

Observámos que a situação em que houve maior gravidade de ferimentos foi quando um militar se encontrava na situação de fora de serviço, tendo sido agredido após se ter identificado como militar da GNR.

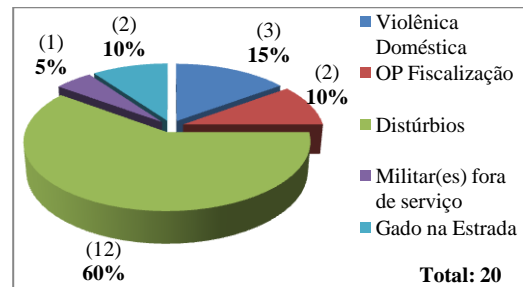
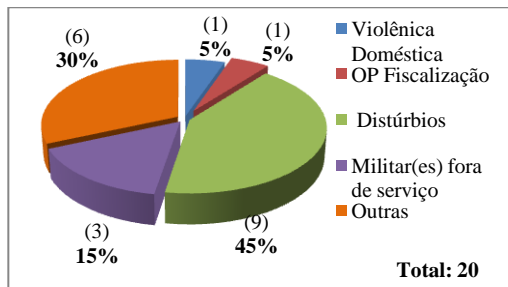


Figura n.º 20–Ferido ligeiro s/ Tratamento por situação

Figura n.º 21–Ferido ligeiro c/ Tratamento por situação

5.3. Análise e Discussão das Entrevistas

Segue-se a apresentação da análise e a discussão das entrevistas efetuadas durante a realização do trabalho. Para tal, foram utilizadas tabelas que permitam sintetizar as ideias mais marcantes e relevantes dos entrevistados e destas foram retiradas as Ideias chave (Ic). O procedimento de análise consistirá em apresentar a questão, a análise das respostas, com o apoio de uma tabela, qual o propósito da questão efetuada, e a discussão dos resultados obtidos. Este procedimento será repetido setorialmente para cada questão.

5.3.1. Análise das Respostas à Questão n.º1

Apresenta-se de seguida a análise à questão n.º1 — **Na sua opinião, no que nos podemos apoiar/basear para afirmar que as agressões cometidas contra os militares da Guarda estão a aumentar e a ser cada vez mais violentas?**

Quadro n.º 1 – Análise da questão n.º 1

| En | Ideias Importantes | Ic |
|-----|---|--|
| E 1 | “(…) com a crise financeira que Portugal atravessa, neste momento, as pessoas estão cada vez mais intolerantes(…)”; “(…)visão extremamente negativa que a população tem perante nós (…);” “(…)qualquer abordagem que é feita por um OPC passa logo a ser motivo de retaliação por parte do cidadão.” | <ul style="list-style-type: none"> • Influência da crise no comportamento dos cidadãos; • Visão negativa do papel da GNR. |
| E 2 | “(…) aumento de NUIPC’s elaborados pelos militares da GNR, de crimes de ofensas à integridade física, coação e resistência (…);” “(…) nas entradas em unidades hospitalares de militares da Guarda, durante o exercício das suas funções vítimas de agressões.” | <ul style="list-style-type: none"> • Aumento de crimes contra à GNR; • Número de hospitalizações de militares agredidos. |
| E 3 | “(…) verificar o aumento dos processos crime que são cometidos contra os OPC’s, e ao nível da violência analisar caso a caso.” | <ul style="list-style-type: none"> • Aumento de crimes contra à GNR; |
| E 4 | “(…)por sermos uma “ameaça” à consumação do crime (…);” “(…)grandes alterações da estrutura social (…), efeitos da crise, e da clivagem existente entre as várias classes sociais (…);” “A própria tipificação legal e jurídica (…).” | <ul style="list-style-type: none"> • Visão negativa da GNR; • Influência da crise no comportamento dos cidadãos; • Questões legais e judiciais. |
| E 5 | “A população em geral tornou-se mais agressiva/violenta.”; “Menos tolerante, com os órgãos de policia criminal.”; “O acesso fácil a todo tipo de armas.”; “A difusão nos diversos meios de comunicação.” “(…)se existe um aumento progressivo da violência, também os Guardas sentem esse aumento.” | <ul style="list-style-type: none"> • Influência da crise no comportamento dos cidadãos; • Acesso fácil a armas; • Notícias dos OCS. • Aumento da criminalidade em geral e contra a Guarda. |
| E 6 | “As difíceis situações económicas, influenciam a forma como os cidadãos reagem perante as autoridades (…) verificando-se desrespeito (…);” “O fácil acesso às armas permite obter-se uma para o uso que se entender”; “Efeito CNN”. | <ul style="list-style-type: none"> • Influência da crise no comportamento dos cidadãos; • Acesso fácil a armas; • Notícias dos OCS. |

Esta questão visava perceber quais os fundamentos, na opinião dos entrevistados, para podermos afirmar que as agressões contra os militares estão a aumentar e a serem cada vez mais violentas. Analisadas as respostas constatámos que quatro dos entrevistados (66,7%) referem como fator as débeis condições económicas, facto que potencia as frustrações e gera as reações agressivas para com os agentes da autoridade. Dos entrevistados três deles (50%), alegam que o número de processos crimes contra os militares da Guarda tem aumentado.

No entanto, no entender dos entrevistados existem outros fatores que podem influenciar nomeadamente: a visão negativa que a população tem dos militares da Guarda, a acessibilidade em adquirir/possuir armas, a divulgação pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS), a tipificação legal e jurídica deste tipo de crime, questões legais e judiciais e o aumento de hospitalizações de militares agredidos.

5.3.2. Análise das Respostas à Questão n.º2

No que diz respeito à questão n.º2 – **Tendo em conta os danos/lesões sofridos pelos militares, quais são as situações mais perigosas?**

Quadro n.º 2 – Análise da questão n.º 2

| En | Ideias Importantes | Ic |
|-----|--|--|
| E 1 | “(…) na violência doméstica, o OPC pode ser recebido a tiro(…)”; “(…) na fiscalização de trânsito, os níveis de segurança em qualquer operação são muito fracos(…)”; | <ul style="list-style-type: none"> • Violência doméstica; • Fiscalização de trânsito. |
| E 2 | “(…) talvez seja mais elevado nos confrontos entre gangues rivais.” | <ul style="list-style-type: none"> • Distúrbios. |
| E 3 | “(…) situações que ocorram em zonas tidas por problemáticas (…)”; “(…) quando fora de serviço, podem ocorrer as “situações mais perigosas” pois a ameaça pode surgir de forma inesperada.” | <ul style="list-style-type: none"> • Situações em zonas problemáticas; • Fora de Serviço; |
| E 4 | “(…) situações mais graves, mas pouco prováveis são aquelas em que os militares possam ser recebidos com armas de fogo ou armas brancas.”; “(…) as situações mais prováveis e perigosas verificam-se, sempre que existem situações de grandes multidões (…)”; “Período noturno em bares e discotecas (…) desacatos e desordem (…)”; “(…)violência doméstica (…)devido ao descontrolo emocional por parte do agressor, que oferece resistência à própria atuação dos militares.” | <ul style="list-style-type: none"> • Situações com armas; • Aglomerados de pessoas; • Em locais de diversão noturna; • Distúrbios; • Violência doméstica; |
| E 5 | “As situações mais graves são as situações que envolvem violência doméstica, concentrações/manifestações. Mas existem outras situações, como exemplo a fiscalização.” | <ul style="list-style-type: none"> • Violência doméstica; • Aglomerados de pessoas; • Fiscalizações. |
| E 6 | “Violência doméstica.”; “Revolta contra a atuação das forças de segurança convertida em desacatos”; “Confrontações em bairros referenciados”; “Vingança de grupos sobre militares em horas extra serviço”. | <ul style="list-style-type: none"> • Violência doméstica; • Revolta contra a atuação Policial; • Situações em zonas problemáticas; • Fora de serviço. |

O objetivo era recolhermos as opiniões dos entrevistados sobre quais as situações mais perigosas tendo em conta os danos sofridos pelos militares. Deste modo verificamos que quatro dos entrevistados, (66,7%), consideram as situações de violência doméstica, como as mais perigosas, pois nestas situações a violência já existe, antes da atuação dos militares, sendo que estes acabam por ser agredidos por tentarem por cobro a situação, o mesmo se aplica nas situações de distúrbios. Foram ainda elencados com maior relevância as operações de fiscalização, as situações que envolvam armas de fogo e todo o tipo de situações em zonas (bairros) problemáticas, uma vez que a população aí residente tem por hábito dificultar a intervenção policial. Os locais de diversão noturna são sempre locais a ter em conta, devido ao consumo de álcool e de estupefacientes.

5.3.3. Análise das Respostas à Questão n.º3

Apresenta-se de seguida a argumentação relativa à questão n.º3 — **O que lhe apraz dizer sobre os motivos que levam o agressor a ter uma conduta agressiva e violenta para com os militares da Guarda?**

Quadro n.º 3 – Análise da questão n.º 3

| En | Ideias Importantes | Ic |
|-----|---|--|
| E 1 | “(…) desrespeito pelo serviço efetuado pelos militares (…); “Os OPC’s são vistos de uma forma cada vez mais negativa, ao qual servem para “roubar ao cidadão para dar ao Estado (…))”. | <ul style="list-style-type: none"> •Desrespeito; •GNR vista como força opressora. |
| E 2 | “(…) a situação financeira (…)) leva a uma frustração e revolta maior, aumentando as condutas agressivas (…)) contra as autoridades do Estado”; “(…) o efeito do álcool e das drogas contribui em grande escala para que os agressores tenham uma maior agressividade (…))”. | <ul style="list-style-type: none"> •Frustração devido à crise financeira; •Álcool e drogas. |
| E 3 | “(…) varia com o caráter do indivíduo (…))”; “(…) questões de vingança por sanções impostas a este (…))”; “(…) não apoiar as forças de segurança (…))”; “(…) a “força” destes órgãos ser cada vez menor aos olhos da população(…)”. | <ul style="list-style-type: none"> • Fatores individuais; •Descredibilização com as políticas de defesa e justiça. •Sentimento de impunidade; |
| E 4 | “(…)a influência do comportamento em grupo, o sentimento de desresponsabilização, e da própria atividade social.”; “(…)fatores pessoais e psicológicos são considerados como um papel determinante para o comportamento do indivíduo/agressor.”. | <ul style="list-style-type: none"> •Fatores individuais. •Fatores sociais. •Sentimento de impunidade; |
| E 5 | “(…) sociedade menos tolerante e mais agressiva, por motivos atuais como é o caso do flagelo do desemprego e conseqüente desacreditação com as políticas de defesa e justiça (…)) levam a atitudes impensadas.”. | <ul style="list-style-type: none"> • Frustração devido à crise financeira; •Descredibilização com as políticas de defesa e justiça. |
| E 6 | “Efeito da crise, cria revolta contra os funcionários públicos e defensores do estado (…))” “Desresponsabilização das ações”; “Moldura penal muito branda”; | <ul style="list-style-type: none"> • Frustração devido à crise financeira; • Sentimento de impunidade; • Moldura penal insuficiente; |

Através desta questão procurámos saber as causas que levam os agressores a perpetrarem agressões aos militares. Assim, a frustração devido à crise económica e o sentimento de impunidade foram os motivos mais destacados, três entrevistados (50%).

Referiram-se ainda, os fatores individuais, ou seja a personalidade; o ambiente social onde se insere o agressor; o facto de a GNR ser vista como força opressiva; a descredibilização das políticas de defesa e justiça, assim como o álcool e as drogas como elementos ignidores da violência.

5.3.4. Análise das Respostas à Questão n.º4

Apresenta-se de seguida a argumentação relativa à questão n.º 4 – **No seu entender, concorda que os militares estão mais expostos a uma possível agressão numa situação de flagrante delito ou, pensa que seja imprevisível determinar as situações de que possam surgir aquelas?**

Quadro n.º 4 – Análise da questão n.º 4

| En | Ideias Importantes | Ic |
|-----|--|---|
| E 1 | “Uma situação de flagrante delito passa automaticamente a ser imprevisível (...); “(…)o flagrante será a mais perigosa (...); “(…)qualquer trabalhador uma vez autuado sente uma revolta imensa (...)” | • Situação de flagrante Delito. |
| E 2 | “(…) imprevisível determinar, pois por vezes as situações mais banais, desenvolvem depressa para agressões.”. | • Imprevisível. |
| E 3 | “Por norma será imprevisível (...)”. | • Imprevisível. |
| E 4 | “(…)é sempre imprevisível determinar as situações em que estas possam acontecer, por fatores situacionais e diferentes contextos. (...); “(…)a maior parte das situações em que se dá, advém de outras ocorrências que acontecem com “regularidade (...)uma disputa de extremas entre propriedades, ou após tomar conta de um acidente de viação, ou de uma situação por queixa de ruído, ou durante a elaboração de um auto de contraordenação.”; “(…)Contudo, poder-se-á dizer que um determinado crime produz oportunidades para outro, ou seja, os crimes de agressões são fruto de situações em que já foi cometido um determinado crime ou ocorrência que solicitou a comparência da patrulha.”. | • Imprevisível; • As agressões advém de situações regulares; • A agressão deve-se a outros crimes ou ocorrências precedentes. |
| E 5 | “(…) de facto a exposição dos militares perante um flagrante delito, é maior (...) na tentativa de uso de todos os meios possíveis por parte do infrator, no que concerne á dissuasão, o infrator acaba sempre por recorrer ao uso da força, infligindo assim uma maior intensidade á situação.”. | • Situação de flagrante Delito. • Infrator tenta evitar a atuação policial. |
| E 6 | “É imprevisível porque uma situação de ocorrência aparentemente em situação normal pode vir a ser tão perigosa como o flagrante delito (...); “(…)no entanto o flagrante delito tem tendência a aumentar ainda mais a perigosidade tendo em conta que o individuo se pode tornar mais agressivo para tentar escapar.”. | • Imprevisível; • Possível aumento da agressividade no Flagrante Delito. |

O objetivo desta questão visava averiguarmos se as situações de flagrante delito são mais propícias a agressões contra os militares ou se é imprevisível determinar quais as situações que podem acabar em agressões. Neste ponto só dois dos entrevistados (33,3%) consideraram que as situações de flagrante delito são mais propícias a ocorrência de agressão, isto devido a revolta que o infrator sente por ter sido detetado em flagrante e, por vezes, o infrator em desespero acaba por agredir os militares na tentativa de fugir ou de evitar ser autuado. Pelo contrário, quatro entrevistados, (66,7%) entendem que as agressões

resultam de situações imprevisíveis e que uma situação normal pode rapidamente evoluir para agressão contra os elementos policiais. Importa salientar que o entrevistado n.º4, referiu que as agressões devem-se à ocorrência de outros crimes ou de situações precedentes, para as quais foi solicitada a presença da patrulha ao local.

5.3.5. Análise das Respostas à Questão n.º5

Apresenta-se de seguida a argumentação relativa à questão n.º 5 – **No seu entendimento, pensa que o efetivo de uma patrulha é determinante para desencorajar um possível agressor? Que outros fatores poderão contribuir para dissuadir um possível agressor?**

Quadro n.º 5 – Análise da questão n.º 5

| En | Ideias Importantes | Ic |
|-----|--|---|
| E 1 | “(…)o efetivo da patrulha bem como o material que nos está distribuído é importante para desencorajar um possível agressor (…) como também para a abordagem correr da forma mais segura possível (…)”; “(…)se estivesse espalhada a mensagem que uma tentativa de agressão a um Guarda seria ripostado com a utilização de uma arma não letal (taiser ou gás pimenta), possivelmente o agressor pensaria duas vezes.” | <ul style="list-style-type: none"> • Efetivo é determinante; • Equipamento/armamento; • Divulgação da reação com recurso a arma menos letal perante uma agressão. |
| E 2 | “Sim o efetivo da patrulha é determinante (…) o impacto que a patrulha acabar por ter ao chegar à ocorrência com mais militares é superior (…)”; “(…) o equipamento do militar, a própria farda, e o comportamento corporal na abordagem a situação.” | <ul style="list-style-type: none"> • Efetivo é determinante; • Impacto psicológico; • Equipamento, fardamento, postura e correta abordagem. |
| E 3 | “Sim é um fator bastante determinante. Outro fator será o correto uso e adequado material policial (…)”. | <ul style="list-style-type: none"> • Efetivo é determinante; • Equipamento/armamento e sua correta utilização. |
| E 4 | “(…)O efetivo seria sempre determinante (…)”; “(…)a ideia do controlo social e a manipulação do ambiente altera as características situacionais e evita comportamentos anti-sociais (…)”; “(…)imposição de regras, alertar consciências, facilitar e zelar pelo cumprimento das leis, controlar o consumo de drogas e álcool, tudo isto através do desenvolvimento de ações e de operações orientadas para os fatores de risco, com uma demonstração da força necessária, equilibrada e proporcional.”; “(…) a abordagem e a comunicação revelam-se preponderantes para uma boa atuação, e em caso de detenção deverá ser oportuna pois reduz a agitação e a desordem, neutraliza a imitação e a pressão do grupo.” | <ul style="list-style-type: none"> • Efetivo é determinante; • Fatores sociais e ambientais; • Ações orientadas para os fatores de risco; • Força necessária, proporcional; • Abordagem, comunicação; • Célere na detenção. |
| E 5 | “O efetivo e apresentação são elementos determinantes na dissuasão(…)”; “(…)forma de abordar a situação e comportamento dos militares (…)”; | <ul style="list-style-type: none"> • Efetivo, apresentação e correta abordagem são determinantes. |
| E 6 | “(…)o ideal seria um efetivo maior.”; “(…)mais armas intermédias, aumentar a formação para rentabilizar os equipamentos disponíveis, maior suporte jurídico para a utilização de equipamentos mais dissuasores na iminência de agressão.” | <ul style="list-style-type: none"> • Efetivo é determinante; • Equipamento/armamento e sua formação; • Maior suporte jurídico. |

O propósito da questão supra, prende-se em saber se é importante o número de efetivos de uma força. Verificamos que o número de efetivo de uma força policial é um fator dissuasor de uma possível agressão, uma vez que tem um elevado impacto psicológico. No que diz respeito a outros fatores, foi elencado por quatro dos entrevistados, (66,7%) a relevância da posse do equipamento e do armamento policial. O correto uso dos meios à disposição dos militares, a apresentação, a forma de atuar e o ambiente social onde se insere o agressor também foram referidos como fatores fulcrais. Também é, referido um maior apoio jurídico no que concerne ao recurso de armas menos letais.

5.3.6. Análise das Respostas à Questão n.º 6

No que concerne à questão n.º 6 — **Ao falar-se numa situação de agressão contra os militares da Guarda, como imagina o agressor?**

Quadro n.º 6 – Análise da questão n.º 6

| En | Ideias Importantes | Ic |
|-----|---|--|
| E 1 | “(…) não há forma de descrever um protótipo de agressor, desde os jovens de bairro que por “brincadeira” ou maldade atiram com pedras às viaturas da Guarda, passando pelo homem que no fim da festa se encontra embriagado e já bate em tudo e em todos (…); “(…) até a Senhora que está a ser autuada e que por motivo de desespero já tenta bater no Guarda.” | <ul style="list-style-type: none"> • Não é possível caracterizar o agressor, devido a abrangência de características. |
| E 2 | “(…) não é possível imaginar / caracterizar o agressor, visto cada vez mais existir agressores de diversas raças, sexos e estatutos sociais.” | <ul style="list-style-type: none"> • Não é possível caracterizar o agressor. |
| E 3 | “(…)pela experiência adquirida ao exercer funções em zonas problemática aprendi que não se devem criar estereótipos acerca de como poderá ser um potencial agressor.” | <ul style="list-style-type: none"> • Não é possível caracterizar o agressor. |
| E 4 | “Sexo masculino, com idade entre os 30 e os 50 anos.”; “Condição psicológica fraca ou depressiva, muito temperamental, com baixo grau de inteligência, descontrolo emocional.”; “(…)problemas financeiro com uma família problemática e antecedentes criminais.”; “Habilitações literárias muito fracas, local de habitação problemático, dependente de álcool e/ou drogas.” | <ul style="list-style-type: none"> • Género masculino, entre 30 a 50 anos; • Problemas psicológicos; • Baixo estatuto social; • Antecedentes criminais. • Depende de álcool/drogas. |
| E 5 | “(…) indivíduo de baixa escolaridade, com historial criminal, residente em zonas habitacionais problemáticas, portadores de alguma demência psíquica, e de baixa condição económica.” | <ul style="list-style-type: none"> • Problemas psicológicos; • Baixo estatuto social; • Antecedentes criminais. |
| E 6 | “(…)tendo em conta a diversidade populacional em que vivemos atualmente torna-se impossível caracterizar um referencial de agressor. No entanto elas podem acontecer derivado ao álcool, drogas e problemas psicológicos.” | <ul style="list-style-type: none"> • Não é possível caracterizar o agressor; • Depende de álcool/drogas; • Problemas psicológicos. |

Na última questão, ambicionámos perceber como é que os militares imaginam um possível agressor. Assim, de acordo com quatro dos entrevistados, (66,7%), não é possível caracterizar, pois divergem de agressor para agressor. Dois dos entrevistados caracterizaram o agressor como sendo do género masculino, entre os 30 e os 50 anos de idade, com comportamento impulsivo, com antecedentes criminais, possuindo por vezes problemas psicológicos e/ou dependência alcoólica ou de outras drogas. O agressor foi ainda associado a pertencer, residir em bairros problemáticos e com parcas condições de vida.

5.4. Verificação das Hipóteses

É chegado o momento de validar ou refutar as hipóteses com os resultados obtidos.

H1: Verifica-se um aumento das situações de agressões contra os militares, no período em estudo.

Através da análise da figura n.º 1 verificámos que quer em 2010, quer em 2011 ocorreram 34 agressões contra os militares da GNR, tendo existido um ligeiro aumento, no ano de 2012, efetivando-se 35 situações de agressões. Este ponto vai de encontro à tendência nacional e institucional. Assim validamos a presente hipótese.

H2: As agressões físicas cometidas contra os militares aumentaram.

Perante a presente hipótese decidimos agrupar os resultados obtidos aquando das situações de agressões físicas com as situações de agressões físicas e verbais, uma vez que estas também concretizam agressões físicas. Como tal, de acordo com a figura n.º 3 observámos que as agressões físicas aumentaram de uma ocorrência para quatro. Nas situações de agressões físicas e verbais também presenciámos um acréscimo, passando de 14 agressões para 22. Não obstante, ao agruparmos estas duas formas de agressões obtemos em 2010 um total de 16 agressões em que foi utilizado o contato físico, e em 2012 este tipo de situações aumentou para 26. Perante tais factos, valida-se a presente hipótese. Estes resultados contrariam os obtidos pelo RACCMGNR exposto no capítulo 3.2.

H3: As hospitalizações de militares por agressão têm aumentado.

Na análise da figura n.º 18 constatámos a existência de 40 militares que sofreram ferimentos derivados às agressões perpetradas contra estes. Mais, 20 militares necessitaram de receber tratamento hospitalar. Ao dissecarmos por cada ano verificamos que em 2010, houve quatro militares que necessitaram de receber tratamento, em 2011, foram sete e por último em 2012 o número aumentou para nove. Perante tais factos aferimos que o número

de hospitalizações tem aumentado, este ponto também foi referido pelo E2, na sua resposta a questão n.º1, o que leva a validação da hipótese.

H4: As situações de violência doméstica foram aquelas de que resultaram maiores danos no militar.

No que concerne à opinião dos entrevistados, na questão n.º2 verificámos que quatro deles (E1, E4, E5 e E6), referiram que as situações de violência doméstica são as situações mais perigosas, corroborando a opinião de Margarita (1980). Ao observarmos a figura n.º19, evidenciamos os danos físicos sofridos pelos militares aquando das situações de distúrbios, com 21 militares feridos. As situações de violência doméstica registaram quatro, do total 40 militares feridos, o que é um número baixo tendo em conta as situações de distúrbios. Na figura supra referida observamos que em 2010 não ocorreu nenhuma situação e que em 2012 registou-se três militares feridos. Ao analisarmos as figuras n.ºs 20 e 21, observamos que das quatro situações, em três delas os militares receberam tratamento hospitalar. Porém, tendo como exemplo os distúrbios e o número elevado de crimes de violência doméstica registados neste período, 925 crimes⁵⁵, refutamos a hipótese.

H5: As agressões contra os militares são resultado da intervenção dos mesmos com o intuito de cessar um ilícito.

Na análise das entrevistas à questão n.º3, observámos que dois entrevistados (E1 e E3) referem que é perante as situações de flagrante delito que o militar está mais sujeito a ser agredido. Outros dois entrevistados referem que é imprevisível, (E4 e E6), porém salientam que este tipo de situações leva a um aumento de agressividade por parte do infrator e que, a prática de um ilícito pode levar o infrator a cometer outro ilícito, ou seja, acabar por agredir os militares, comprovando a opinião de Margarita (1980). Perante a figura n.º8 observamos que das 103 agressões, em 52 delas os militares foram agredidos após a sua intervenção com o intuito cessar um ilícito criminal e 26 agressões ocorreram após o cessar de um ilícito contraordenacional, perfazendo o conjunto de ambas 78 agressões contra os militares, o que nos leva a validar a hipótese.

H6: Uma força composta por 3 ou mais militares desencoraja uma possível agressão.

Na questão n.º4 todos os entrevistados referiram que o efetivo de uma força é crucial para desencorajar um possível agressor, todavia a formação, o equipamento, o modo de atuar e a própria postura dos militares foram elencados como fatores

⁵⁵ Cfr. Quadro n.º 23 – anexo C

determinantes para desencorajar um agressor. No que diz respeito ao número de militares presentes durante as 103 situações de agressões constatamos, pela análise da figura n.º7, que na maioria das vezes o efetivo era composto por dois militares. Ao agruparmos as situações em que foi um militar agredido com as situações em que foram dois militares apuramos 56 das 103 agressões, o que significa que em mais de metade das situações a força era composta por menos de três militares. Já, ao agregarmos as situações em que foram agredidos três militares, com as situações em que foram agredidos quatro ou mais, obtemos 48 agressões. Assim, verificamos menos agressões contra os militares, como tal dá-mos a hipótese como validada.

H7: O agressor caracteriza-se por estar desempregado e sob influência de álcool.

Na questão n.º5, quatro entrevistados (E1, E2, E3 e E6) referiram que não é possível caracterizar um possível agressor devido a abrangência de características que os diversos agressores possuem. Por outro lado, dois entrevistados (E4 e E6), referem que o agressor será viciado em álcool e/ou drogas. Ao analisarmos a figura n.º16, no que concerne à influência de álcool ou outras drogas, 65 agressores não aparentavam estar sob influência e, 34 aparentavam estar sob influência, contudo não foi realizado o vulgo teste do álcool. No que concerne às situações em que verificámos a realização do teste, observamos que por três vezes os agressores estavam sob a influência de álcool. Assim contestamos os resultados obtidos por Carneiro (2012) e por Domingues (2010). Quanto à situação laboral, na figura n.º 17, dos 122 agressores, 25 estão desempregados contrariando as conclusões do RACCMGNR. É uma percentagem elevada (20%), tendo em conta a percentagem da região sobre este ponto, que é aproximadamente de 5%, assim sendo refutamos a hipótese.

H8: O agressor caracteriza-se por ter até 30 anos.

Sobre este ponto o entrevistado E4 referiu que o agressor tem entre os 30 e os 50 anos. Ao confrontarmos a idade dos 122 agressores identificados, verificamos pela análise da figura n.º 14 que maioritariamente o agressor tem entre os 21 e os 30 anos, perfazendo 42 agressores. Tal reforça os resultados do RACCMGNR. Porém ao agregarmos todos os agressores com idades até aos 30 anos, obtemos um total de 60 agressores em 122, ou seja menos de metade. Ao analisarmos por anos, verificamos que em 2010, dos 43 agressores, 27 tinham até 30 anos, todavia a partir de 2011 verificamos a tendência para agressores com uma faixa etária superior, uma vez que dos 41 agressores, 25 tinham mais de 30 anos. O mesmo aferimos em 2012, pois dos 38 agressores, 21 tinham mais de 30 anos. Deste modo refutamos a presente hipótese.

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Introdução

Inicialmente definimos como objetivo principal a caracterização da evolução das agressões cometidas contra os militares da GNR, no DTer de Sintra. Do objetivo principal derivaram outros objetivos e as diversas questões de investigação, sendo esta a fase do trabalho onde lhe vamos procurar dar resposta.

Considerando que a investigação é dinâmica e que o objeto do nosso estudo não se esgota neste relatório, apresentamos também algumas recomendações, limitações e dificuldades, bem como breves considerações para futuras investigações deste âmbito.

6.2. Resposta às Perguntas de Investigação

No presente subcapítulo apresentamos primeiramente as questões derivadas, às quais pretendemos dar resposta com base nos resultados obtidos, analisados e discutidos na tentativa de consolidar uma resposta clara e objetiva para a nossa questão central.

PD1: Quais são os fundamentos que permitem afirmar que as agressões contra os militares estão a ser cada vez mais violentas?

Tendo por referência a validação das três primeiras hipóteses formuladas, H1, H2 e H3, que revisitamos: H1 aumento do número de crimes contra os militares; H2 aumento das agressões físicas; H3 aumento do número de militares hospitalizados devido a agressões contra os mesmos, podemos asseverar que estes três fundamentos foram testados e ficaram provados, dando resposta a esta questão derivada. Baseados no entendimento dos entrevistados, relativamente à questão n.º1, podemos ainda concluir que se tem avultado o comportamento agressivo dos cidadãos, porventura derivado das débeis condições económicas, facto que potencia as frustrações e gera as reações agressivas para com os agentes da autoridade. Neste ponto referimos a título de exemplo, as situações de

indivíduos confrontados com infrações, cujo primeiro patamar para manifestar desacordo e frustração são os agentes da autoridade, vindo nestes uma força opressiva. Tal como referiu Fischer (1992).

PD2: Das situações que precederam às agressões contra os militares, quais foram aquelas que vieram a causar maior dano para o militar?

Na hipótese H4 refutámos a ideia defendida por Margarita (1980) e por quatro entrevistados (E1, E4, E5 e E6) de que as situações de violência doméstica são aquelas que acabam por acarretar maiores danos para os militares. Pelos dados expressos, nomeadamente nas figuras n.ºs 19, 20 e 21, concluímos que as situações de distúrbios foram aquelas que provocaram, em maior número, lesões aos militares. Da análise às entrevistas podemos também constatar que, na opinião de dois entrevistados (E2 e E4) são os distúrbios que frequentemente implicam lesões nos militares intervenientes. Por fim, foi também elencado todo o tipo de situações com armas de fogo, assim como aquelas que ocorram em bairros problemáticos, devido a hostilidade presente no seio da população para com os agentes da autoridade. Por último, reveste-se de uma enorme preocupação as situações em que os militares se encontram de folga, pois como vimos, nestes momentos poderão ser surpreendidos e agredidos violentamente.

PD3: As agressões levadas a cabo contra os militares são o resultado de uma interação entre o militar e o agressor ou são espontâneas e não provocadas?

Na figura n.º 8 podemos observar que das 103 situações de agressão contra os militares, em oito ocasiões a agressão ao(s) militar(es) acontece aparentemente de forma espontânea, sem que tenha sido identificada anteriormente, em momento continuado, qualquer intervenção dos militares da Guarda. Todavia importa salientar que no passado poderá ter existido alguma situação entre o militar (vítima) e o agressor. Nas restantes situações analisadas provámos ter existido sempre um contato prévio entre as partes. Estes dados garantiram, a validação da H5, cuja conclusão assenta nas 78 vezes em que as agressões aconteceram como resultado da intervenção dos militares na sequência de um presumível ilícito cometido pelo agressor. A consumação da agressão, física ou verbal, deve-se à evolução da situação, como tentativa, por vezes desesperada, por parte do agressor de evitar ser responsabilizado pela infração ou crime em concreto. Concluímos que, salvo raras exceções, o agressor atua contra os agentes da autoridade como forma de impedir o cumprimento da missão, numa atitude reativa perante a suspeita de infrações e/ou crimes. Adota comportamentos agressivos com o objetivo de evitar uma detenção ou

simplesmente contrapor argumentos, exteriorizar frustrações e desresponsabilizar os seus atos.

PD4: Em que medida o efetivo de uma força condiciona uma possível agressão contra os militares?

Alicerçados na validação da H6 e da análise das entrevistas, nomeadamente na questão n.º 5 verificámos que todos os entrevistados salientam a importância do efetivo como elemento dissuasor, porém este deve ser complementado com outros aspetos, também determinantes como a formação, o equipamento e o armamento. Apesar de concluirmos que o efetivo das patrulhas/forças militares condiciona a reação do adversário e que vários militares juntos podem provocar nos cidadãos um efeito psicológico dissuasor, devemos referir que o efetivo depende sempre de um correto equilíbrio estabelecido em torno dos fatores do ambiente operacional, nomeadamente da ameaça e do risco. A dissuasão não deverá transformar-se em instigação.

PD5: Como se caracteriza o agressor ao longo do período em estudo?

Desta questão derivaram as hipóteses H7 e H8 que no decurso da investigação vieram a ser refutadas. Pese embora o afastamento dessas hipóteses, foi possível traçar a caracterização do agressor, ficando provado que este apresenta ao longo do período em estudo algumas características constantes e outras que sofrem variações. Recorrendo às nossas figuras n.ºs 13 e 14, verificamos que o agressor é maioritariamente do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa e de acordo com as figuras n.ºs 16 e 17 o agressor raramente se encontra sob o efeito de álcool ou de outras substâncias psicotrópicas e por regra não é desempregado. Por outro lado observamos uma evolução no que concerne a idade do agressor, se é certo que a maioria dos agressores tem entre os 21 e os 30 anos de idade, por outro lado constatámos uma tendência ao longo dos três anos para o surgimento de agressores com idades mais avançadas. Também no caso do estado civil, onde se evidenciam os agressores solteiros, deixamos provada a tendência para o aumento do número de agressores divorciados em detrimento dos solteiros.

Concluída a investigação e encontradas as respostas para as questões derivadas é chegado o momento mais favorável para tentarmos encontrar a resposta à questão que norteou todo o nosso estudo, a pergunta de partida ou central. **Como se caracteriza a evolução das agressões sofridas pelos militares da GNR, do Destacamento Territorial de Sintra?**

As repercussões da grave crise financeira que Portugal atravessa, com particular impacto desde 2011 não podem ser afastadas da base da nossa investigação. Esta crise

transformou-se gradualmente numa crise social e deteriorou as condições de vida dos portugueses, atingindo a situação sufocante em termos financeiros que hoje se vive e contribuindo para um sentimento de revolta generalizado que se manifesta também nos contactos com os agentes da autoridade, enquanto a face visível e próxima do Estado. A revolta dos cidadãos poderá também assentar por vezes no sentimento de impunidade e na morosidade ou passividade da justiça frequentemente divulgada. Não sendo objetivo do nosso estudo encontrar os motivos no quadro geral da variação das agressões, importa no entanto considerar que estas resultam também da conjuntura financeira e socioeconómica em que Portugal se encontra, podendo ter contribuído para o aumento da violência das agressões contra os militares da GNR, no DTer de Sintra. Ficou provado que o número de agressões físicas e o número de militares hospitalizados aumentou progressivamente ao longo do triénio estudado.

Aferimos que é durante o serviço de patrulha às ocorrências que ocorrem a maior parte das agressões, reforçando o exposto pelo RACCMGNR, facto que deve ser analisado no âmbito das missões desse tipo de patrulhamento, considerando que desenvolvem a atividade em resposta às “ocorrências” o que significa que na maioria das vezes são intervenções reativas. Por outro lado importa referir que, motivado pelo número de efetivos os PTer empenham predominantemente os militares neste tipo de patrulhamento. A patrulha às ocorrências desempenha o serviço ao longo das vinte e quatro horas do dia. Como provámos as agressões ocorrem com maior incidência no período noturno, após as 18h00, o que parece ser um forte argumento para justificar que sejam as patrulhas às ocorrências o principal alvo dessas agressões.

Os factos apurados permitem-nos concluir que o número de agressões verbais tem vindo a diminuir ao contrário das físicas ou físicas e verbais em simultâneo. Este indicador parece demonstrar que, cada vez mais, a agressividade dos cidadãos é levada ao extremo relativamente aos que têm como dever a sua proteção – os militares da Guarda.

Da análise da distribuição anual das agressões, verificámos que estas ocorrem de forma constante ao longo dos meses, porém no último ano de estudo verificámos um aumento de ocorrências nos meses de verão. Já no que concerne à distribuição das agressões ao longo do dia, concluímos que as agressões ocorrem essencialmente ao final da tarde prolongando-se pela noite, correspondendo ao período em que a maioria das pessoas não se encontra a exercer a sua profissão laboral corroborando as conclusões do RACCMGNR.

Quanto à distribuição espacial observámos que são nos locais públicos que ocorrem grande parte das agressões, todavia evidencia-se no ano transato o surgimento dos recintos desportivos como locais de agressão contra os militares da Guarda.

No que diz respeito ao meio de agressão, provámos que os agressores utilizam maioritariamente a força física para levar a cabo o seu intuito de agredir os militares, tendo-se registado um aumento deste tipo de situações ao longo do período em análise. No ano de 2012 verificámos o emergir de novos meios para agredir os militares, para além disso constatámos a primeira e única utilização de arma de fogo como meio de agressão, durante o período de estudo. Tal poderá levar a interpretar que o *modus operandi* do agressor poderá estar a tornar-se mais violento.

As agressões surgem na maioria das vezes em situações de flagrante delito, em que o agressor ao tentar, por vezes em desespero, evitar a atuação policial acaba por agredir os militares. Ou seja, verificamos que a atuação dos militares aquando de um flagrante delito ou de uma suspeita de infração ou crime potencia as agressões. Este dado gera uma condição preliminar de que sempre que existe uma intervenção operacional dos militares gera-se um putativo conflito social que, no limite pode transformar-se em agressão.

Em suma os objetivos delineados inicialmente foram alcançados.

Como considerações finais, apesar de neste estudo a maior parte dos agressores possuírem os mesmos traços físicos, devemos ter em conta que cada contexto é um contexto diferente e que a diversidade populacional tem levado a aglomeração de diferentes culturas.

Como tal, o militar da Guarda não deve criar um protótipo de um agressor, caso contrário poderá descurar não só a própria segurança mas também a do camarada e de terceiros. O estudo de situação deve ser permanente e atualizável. Importa ainda relembrar que o treino e a preparação são determinantes para fazer face não só as situações de combate ao crime, mas também se aplicam às situações de gestão de conflitos e às simples situações diárias, nomeadamente em ações de fiscalização.

6.3. Recomendações

Observámos que grande parte dos militares possui diversos equipamentos para os quais não estão habilitados, nomeadamente bastão extensível e gás aerossol de defesa, vulgo gás pimenta. Como tal devem-se desenvolver esforços de formação, pois o material

e equipamentos, para além de auxiliarem o militar na atividade operacional, constituem uma mais-valia em termos dissuasores.

6.4. Limitações

Destaca-se o limite de páginas, uma vez que não foi possível caracterizar os militares agredidos, assim como analisar ao pormenor alguns dos casos mais problemáticos. Este facto levou ao delimitar de objetivos. A formação ministrada na AM não é suficiente para a realização de um trabalho de investigação, o que implica um esforço acrescido do investigador. Por fim, o prazo das 10 semanas reservadas ao RCFTIA terminou precisamente no último dia de entrega, não deixando tempo para consolidar e rever, numa fase posterior, antes de entregar o tão desejado produto final de cinco anos de curso.

6.5. Investigações Futuras

Concluído o estudo, exorta-se futuros investigadores a debruçarem-se neste âmbito, nomeadamente a estudar poucos processos de forma a possibilitar perceber o encadeamento dado a cada um. Seria preponderante entrevistar magistrados e de preferência de diferentes comarcas.

Por fim, uma agressão contra um agente da autoridade consubstancia muito para além do que simples números conseguem demonstrar. Remato o presente trabalho de investigação sobre a temática das agressões contra os agentes da autoridade, colocando-me a inteira disposição de quem se interessar por este tema, terminando com a opinião da EUROCOP (2010, p.1), *“Many police officers who want to serve their society are feeling frustrated when they have to face hatred, violence and disrespect for their work. Adding budget cuts, which result in inadequate staff and lack of the right equipment and training to that equation are not necessarily the ideal preconditions to deal with the problem.”*

Capítulo 7

Bibliografia

7.1. Metodologia

- Academia Militar. (2011). *Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros Trabalhos de Investigação*. NEP n.º 520/DE, de 30 de junho.
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. (5.ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Carmo, H. e Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação*. (2.ª Ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação: da conceção à realização*. (5.ª Ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (2.ª Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. (1.ª Ed.). Cascais: Príncípia.
- American Psychological Association. (2012). *Regras Essenciais de Estilo da APA*. (6.ª Ed., Bueno D., Trad.). Porto Alegre:Penso.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5.ªEd.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

7.2. Livros, Publicações, Dissertações

- Almeida, P. (2005). *Agressões a Militares da GNR: Evolução e Caracterização*. Tese de Licenciatura em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Alves, C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Policia*. Lisboa: Revista da Guarda.

- Andrade, M. (1980). *A Vítima e o Problema Criminal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Caetano M. (2004). *Manual de Direito Administrativo*. (10.^a Ed., Vol. II). Coimbra: Editora Almedina.
- Canotilho, J. e Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. (4.^a Ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carneiro, M. (2012). *Os Elementos Ignidores das Agressões Contra Militares da Guarda Nacional Republicana no Comando Territorial de Faro*. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Clemente, A. (1993). Algumas Considerações sobre Violência e Agressividade. *Revista Polícia Portuguesa*. Março-Abril, pp.13-20.
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Dissertação de Mestrado em Estratégia, Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional da Administração Interna.
- Correia, S. (1994). Polícia. In J. Fernandes (Coord.). *Dicionário Jurídico da Administração Pública*. (Vol. VI). Lisboa.
- Costa, J. (1990). Perigosidade, Agressividade e Violência. *Revista de Investigação Criminal*. N.º32, pp. 5-7.
- Dias, H. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Editora Almedina.
- Dias, J. e Andrade M. (1997). *Criminologia: o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. (2.^a Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Domingues, R. (2010). *Violência contra Polícias na Divisão Policial de Loures*. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Fischer, G. (1992). *A Dinâmica Social*. Lisboa: Planeta Editora.
- Hacker, F. (1981). *Agressividade: A Violência no Mundo Moderno*. (2.^a Ed., Moura M., Trad.). Lisboa: Bertrand.
- Lamelas, F. (2008). *A GNR e o Apoio à Vítima: a Prevenção da Violência Doméstica*, Dissertação de Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Leonardo, J. (1994). Agressão e Violência. *Revista Polícia Portuguesa*. Julho-Agosto, pp.7-10.

- Lorenz, K. (2001). *A Agressão: uma História Natural do Mal*. (1.ª Ed., Tamen M., Trad.). Lisboa: Moraes Editores.
- Matias, A. (1978). *A Violência no Mundo Moderno*. Livraria Bertrand.
- Monteiro, P. (2002). *Quando o Polícia é a Vítima – Consequências das Agressões aos Agentes da PSP*. Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Mury, G. e Gaulejac, V. (1980). *Os Jovens Marginais: Família, Trabalho, Violência, Sexualidade e Droga*. (1.ª Ed., Ferreira S., Trad.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Núcleo Coordenador do Conselho Local de Acção Social de Sintra. (2004). *Diagnóstico Social do Conselho de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal.
- Oliveira, J. (2000). O Fenómeno da Violência Urbana. *Revista Polícia Portuguesa*. Maio-Junho, pp. 23-25.
- Oliveira, P. (2009). *Alternativas ao Uso da Força Letal – Armas Menos Letais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Pinto, P. (2009). *Violência Doméstica vs Forças de Segurança (GNR): Actuação Operacional e Ligações Funcionais com Outros Serviços*, Dissertação de Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- Polónio, P. (1974). *A Agressão e a Violência*. Porto: [s.e.].
- Raposo, J. (2006a). *Direito Policial I*. Coimbra: Editora Almedina.
- Raposo, J. (2006b). O Regime Jurídico das Medidas de Polícia. Miranda J. (Coord.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano no Centenário do seu nascimento*. (Vol. I, pp. 695 - 703). Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrigues, A. (2006). Agressões à GNR. *Revista Pela Lei e Pela Grei*. N.º69, pp. 20-22.
- Stratton, J., Snibbe, J. e Bayless K. (1995). Police in a Violent Society. *FBI Law Enforcement Bulletin*. Vol.54, N.º1, January, pp.1-7.
- Valente, M. (2009). *Teoria Geral do Direito Policial*. (2.ªEd.). Coimbra: Editora Almedina.
- Vieira, J. (2000). *Agressões aos Agentes Policiais, Causas, Consequências e Caminhos a Percorrer*. Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

7.3. Artigos Online

- Bohrer, S. (2008). *The Deadly Mix: Officers, Offenders, and the Circumstances*. Retirado: maio, 27, 2013, de: http://www.valorforblue.org/Documents/Publications/Public/The_Deadly_Mix.pdf.
- Câmara Municipal de Sintra. (2012). *Resultados Provisórios dos Censos 2011*. Retirado: junho, 14, 2013, de: <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4869>.
- Cavaco, P. (2002). *A Polícia no Direito Português, Hoje*. Retirado: junho, 7, 2013, de: www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/pcavacopolicia.doc.
- European Confederation of Police. (2010). *Protect those that protect you: Violence against the police on the rise all over Europe*. Retirado: maio, 15, 2013, de: <http://www.fop.net/labor/icpra/2%20-%20EUROCCOP%20-%20Press%20Statement.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Resultados Provisórios dos Censos 2011*. Retirado: junho, 14, 2013, de: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122103956&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.
- Margarita, M. (1980). *Police as Victims of Violence*. Retirado: maio, 28, 2013, de: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/20877597?uid=3738880&uid=2134&uid=371871431&uid=2&uid=70&uid=3&uid=371871421&uid=60&sid=2110247750744>.
- Martucceli, D. (1999). *Reflexões sobre a Violência na Condição Moderna*. Retirado: maio, 28, 2013, de: www.nevusp.org/downloads/down026.pdf.
- Oliveira, M. (2012). *Reflexões sobre Agressão e Violência: da Biologia à Cultura*. Retirado: maio, 28, 2013, de: http://www.grealivros.com.br/index.php?route=product/product&product_id=167.
- Pinizzotto, A. Davis, E. Miller, C. (1998). *In the Line of the Fire: Learning From Assaults on Law Enforcement officers*. Retirado: maio, 27, 2013, de: https://www.valorforblue.org/Home/Publications/In_the_Line_of_Fire_Federal_Bureau_of_Investigation.pdf.
- Pinizzotto, A. Davis, E. Miller, C. (2002). *Escape from the Killing Zone*. maio, 27, 2013, de: http://www.valorforblue.org/Home/Publications/Escape_from_the_Killing_Zone_FBI_Law_Enforcement_Bulletin.pdf.
- Pinizzotto, A. Davis, E. Miller, C. (2007a). *The Deadly Mix: Officers, Offenders, and the Circumstances That Bring Them Together*. Retirado: maio, 27, 2013, de: http://www.valorforblue.org/Documents/Publications/Public/The_Deadly_Mix_FBI_Law_Enforcement_Bulletin.pdf.

- Pinizzotto, A. Davis, E. Miller, C. (2007b). *Street Gangs*. Retirado: maio, 27, 2013, de http://www.valorforblue.org/Documents/Publications/Public/Street_Gangs_FBI_Law_Enforcement_Bulletin.pdf.
- Roh, S., e Choo, T. (2007). *Citizen Violence against Korean Police*: Retirado: junho, 14, 2012, de http://www.cjimagazine.com/index2.php?optio=com_content&do_pdf=1&id=207.
- Sistema de Segurança Interna (2009). *Relatório Anual Segurança Interna 2009*. Retirado: janeiro, 15, 2012, de: http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf.
- Sistema de Segurança Interna (2010). *Relatório Anual Segurança Interna 2010*. Retirado: janeiro, 15, 2012, de: http://www.parlamento.pt/documents/XIILEG/RASI_%202010.pdf.
- Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório Anual Segurança Interna 2011*. Retirado: maio, 4, 2012, de: http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relac_rio_anual_seguran_a_interna.pdf
- Sistema de Segurança Interna (2012). *Relatório Anual Segurança Interna 2011*. Retirado: abril, 30, 2012, de: http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf.

7.4. Diplomas Legais

- Decreto-Lei n.º 457/1999, de 5 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 258, 7701 – 7703. Ministério da Administração Interna.
- Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 37, 1096 – 1098. Assembleia da República.
- Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 37, 1098 – 1106. Assembleia da República.
- Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 180, 6550 – 6561. Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 167, 6135 – 6141. Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 168, 6065 – 6074. Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043 – 8051. Assembleia da República.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, Sétima Revisão Constitucional. *Diário da República*, 1.ª Série – A, n.º 155, 4642 – 4686. Assembleia da República.

Norma de Execução Permanente n.º 3.43, de 30 de dezembro, *Comando Operacional*. Guarda Nacional Republicana.

Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 242, 8845 – 8854. Ministério da Administração Interna.

Apêndices

Apêndice A – Caracterização da Freguesia de Alcabideche

Quadro n.º 7 – População por Grupos Etários

| Total | | Grupos etários | | | |
|-------|-------|----------------|-------|-------|------------|
| HM | H | 0-14 | 15-24 | 25-64 | 65 ou mais |
| 42162 | 20428 | 7024 | 4914 | 23581 | 6643 |

Fonte: INE, 2011 (Adaptado)

Quadro n.º 8 – Variação da População na Última Década

| População residente | | | | | | População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%) | | | | |
|---------------------|-------|----------------|-------|-------|------------|---|----------------|-------|-------|------------|
| Em 2001 | | | | | | | | | | |
| Total | | Grupos etários | | | | Var. Total | Grupos etários | | | |
| HM | H | 0-14 | 15-24 | 25-64 | 65 ou mais | | 0-14 | 15-24 | 25-64 | 65 ou mais |
| 31801 | 15698 | 4985 | 4628 | 17902 | 4286 | 32,58 | 40,90 | 6,18 | 31,72 | 54,99 |

Fonte: INE, 2011 (Adaptado)

Quadro n.º 9 – População Economicamente Ativa

| Zona Geográfica | População Economicamente Ativa | | | | | | | | | |
|-----------------|--------------------------------|-------|-----------|------|----------|------------|-------|--------------------|-----------|--|
| | Total | | Empregada | | | | | | Terciário | |
| | | | Total | | Primário | Secundário | Total | De natureza social | | |
| | HM | H | HM | H | | | | | | |
| Alcabideche | 21067 | 10542 | 18394 | 9109 | 69 | 2595 | 15730 | 5904 | 9826 | |

Fonte: INE, 2011 (Adaptado)

Quadro n.º 10 – População Segundo o Nível de Instrução Mais Elevado

| Total | Nenhum nível de escolaridade | Ensino pré-escolar | Ensino básico | | | Ensino secundário | Ensino pós-secundário | Ensino superior |
|-------|------------------------------|--------------------|---------------|----------|----------|-------------------|-----------------------|-----------------|
| | | | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | | | |
| 42162 | 3254 | 1236 | 10431 | 3670 | 7080 | 8330 | 534 | 7627 |

Fonte: INE, 2011 (Adaptado)

Apêndice B – Participações Criminais por Grandes Categorias e Tipo de Crime**Quadro n.º 11 – Criminalidade, Criminalidade Violenta e Grave e Resistência e Coação Sobre Funcionário, por Anos**

| | Total de Crimes | CVG | Resistência e Coação sobre funcionário |
|-------------|-----------------|--------------|--|
| 2009 | 416058 | 24162 | 1649 |
| 2010 | 413600 | 24456 | 1837 |
| 2011 | 405288 | 24154 | 1744 |
| 2012 | 395827 | 22270 | 1863 |

Fonte: RASI, 2009, 2010, 2011 e 2012 (Adaptado)

Apêndice C – Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

“Agressões a Agentes da Autoridade”

Carta de apresentação

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada que estamos a realizar, subordinado ao tema “**Agressões a Agentes da Autoridade**”, temos como objeto de estudo o **Destacamento Territorial de Sintra**. O objetivo é avaliar o fenómeno da violência das agressões contra os militares da Guarda.

Através desta entrevista, pretende-se recolher o testemunho dos profissionais que no seu dia a dia desenvolvem a sua atividade em prol da Segurança e, que já tiveram situações no terreno em que foram alvo de agressões, sentido na primeira pessoa as dificuldades e os constrangimentos que tais situações encerram.

Através da análise dos processos crimes referentes ao período **2010 a 2012**, verificou-se que foi vítima de agressão no desempenho das suas funções, pelo que, lhe estou a carrear esta entrevista.

Desta forma solicito a V. Ex.^a que nos conceda esta entrevista como forma de enriquecimento do trabalho que estamos a desenvolver. Caso conceda esta entrevista e, por forma a garantir os interesses de V. Ex.^a, colocaremos à sua disposição os dados resultantes da análise e da própria entrevista antes da exposição pública do trabalho.

Agradecendo a sua atenção.

Com os melhores cumprimentos,

Aspirante de Inf GNR Humberto Miguel Serrano Galego

Antes de iniciarmos a presente entrevista, apelo a importância do seu testemunho, pois só alguns militares foram escolhidos para responder a presente entrevista contribuindo desta forma para o estudo.

É essencial que responda a todas as questões, tendo a possibilidade de explorar a pergunta até onde entender. O objetivo é obter o máximo de informação e veracidade. Assim, a entrevista será analisada com o máximo sigilo e sua identidade salvaguardada.

Guião de Entrevista

1) Caracterização do(a) entrevistado(a):

| | |
|----------------------------------|--|
| Género: | |
| Idade: | |
| Posto: | |
| Tempo de serviço: | |
| Colocação na altura da agressão: | |
| Colocação atual: | |
| Função que desempenha: | |

2) Questões

Questão n.º1: Na sua opinião, no que nos podemos **apoiar/basear** para afirmar que as agressões cometidas contra os militares da Guarda estão a **aumentar** e a ser cada vez mais **violentas**?

Questão n.º2: Tendo em conta os **danos/lesões** sofridos pelos militares, quais são as **situações mais perigosas**?

Questão n.º3: O que lhe apraz dizer sobre os **motivos** que levam o agressor a ter uma conduta agressiva e violenta para com os militares da Guarda?

Questão n.º4: No seu entender, concorda que os militares estão mais expostos a uma possível agressão numa situação de **flagrante delito** ou, pensa que seja **imprevisível** determinar as situações de que possam surgir aquelas?

Questão n.º5: No seu entendimento, pensa que o **efetivo de uma patrulha** é determinante para **desencorajar** um possível agressor? Que **outros fatores** poderão contribuir para dissuadir um possível agressor?

Questão n.º6: Ao falar-se numa situação de agressão contra os militares da Guarda, como **imagina/carateriza** o agressor?

Muito obrigado pela colaboração!

Apêndice D – Universo e Amostra do Estudo

Quadro n.º 12 – Universo em Estudo – Autos de Notícia

| Destacamento Territorial de Sintra | | | | |
|------------------------------------|------|------|------|------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| SubdTer Alcabideche | 18 | 13 | 15 | 46 |
| SubdTer Sintra | 11 | 14 | 11 | 35 |
| PTer Colares | 2 | 3 | 3 | 8 |
| PTer Pêro Pinheiro | 3 | 6 | 5 | 14 |
| Total | 34 | 34 | 35 | 103 |

Quadro n.º 13 – Amostra em Estudo – Caraterização dos Entrevistados

| Entrevistado | Género | Idade | Posto | Tempo de serviço | Colocação na altura da agressão | Colocação atual |
|--------------|-----------|-------|------------------|------------------|---------------------------------|--------------------------|
| N.º1 | Masculino | 24 | Guarda | 4 anos | Subdter de Alcabideche | Pter de Viana do Castelo |
| N.º2 | Masculino | 25 | Guarda | 4 anos | Subdter de Alcabideche | Subdter de Alcabideche |
| N.º3 | Masculino | 23 | Guarda | 3 anos | Subdter de Sintra | PTer de Mogadouro |
| N.º4 | Masculino | 27 | Tenente | 9 anos | Subdter de Sintra | Subdter de Sintra |
| N.º5 | Masculino | 37 | Guarda Principal | 15 anos | Subdter de Sintra | Subdter de Sintra |
| N.º6 | Masculino | 33 | Guarda Principal | 13 anos | Pter de Pêro Pinheiro | Pter de Pêro Piheiro |

Anexos

Anexo A – Caracterização das Freguesias do Município de Sintra

Quadro n.º 14 – Caracterização das Freguesias do Município de Sintra

| Censos 2011 Freguesias do Município de Sintra | População Residente | | | | Pop<18 anos ¹ | | Famílias | | Edifícios | | Alojamentos | |
|---|---------------------|---------------|---------------|---------------|--------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Homens | Mulheres | Total | Variação | Total | Variação | Total | Variação | Total | Variação | Total | Variação |
| | N.º | | | 2011/2001 (%) | N.º | 2011/2001 (%) | N.º | 2011/2001 (%) | N.º | 2011/2001 (%) | N.º | 2011/2001 (%) |
| Algueirão-Mem Martins | 31611 | 34639 | 66250 | 5,57% | 14478 | 4,63% | 25057 | 10,60% | 7770 | 7,12% | 30850 | 7,92% |
| Almargem do Bispo | 4407 | 4576 | 8983 | 6,30% | 1603 | -2,38% | 3449 | 14,44% | 3903 | 14,94% | 4529 | 17,42% |
| Belas | 12689 | 13400 | 26089 | 18,85% | 6147 | 22,50% | 9138 | 20,58% | 2927 | 17,22% | 11187 | 15,14% |
| Casal de Cambra | 6168 | 6533 | 12701 | 22,33% | 2915 | 23,36% | 4530 | 27,48% | 2040 | 10,83% | 5737 | 28,26% |
| Colares | 3623 | 4005 | 7628 | 2,05% | 1342 | -2,75% | 3018 | 7,02% | 5083 | 3,46% | 6041 | 3,41% |
| Massamá | 13390 | 14722 | 28112 | -0,23% | 5709 | -14,01% | 10692 | 7,92% | 1013 | 7,40% | 12689 | 9,11% |
| Monte Abraão | 9804 | 11005 | 20809 | -5,92% | 4262 | -4,01% | 8305 | 1,20% | 618 | 1,13% | 10042 | 2,32% |
| Montelavar | 1740 | 1819 | 3559 | -2,42% | 609 | -11,35% | 1407 | -0,92% | 1407 | 4,76% | 1779 | 8,28% |
| Pêro Pinheiro | 2083 | 2163 | 4246 | -10,98% | 677 | -24,44% | 1703 | 0,53% | 1911 | -3,92% | 2400 | 4,81% |
| Queluz | 12182 | 14066 | 26248 | -6,34% | 4574 | -3,95% | 11144 | -0,09% | 2040 | -1,08% | 13692 | 4,23% |
| Rio de Mouro | 22572 | 24739 | 47311 | 2,72% | 10671 | -0,84% | 17569 | 7,60% | 5193 | 7,95% | 22002 | 11,04% |
| São João das Lampas | 5598 | 5794 | 11392 | 15,16% | 2182 | 18,46% | 4442 | 16,79% | 6389 | 13,15% | 6713 | 13,27% |
| Sintra (Stª Maria e São Miguel) | 4411 | 4953 | 9364 | 0,96% | 1676 | 2,95% | 3798 | 7,19% | 2817 | 9,62% | 4931 | 8,20% |
| Sintra (São Martinho) | 2972 | 3254 | 6226 | 5,12% | 1077 | -7,71% | 2390 | 8,20% | 3189 | 13,99% | 3545 | 11,55% |
| Sintra (São Pedro de Penaferrim) | 7021 | 6980 | 14001 | 25,37% | 2987 | 32,70% | 4825 | 30,63% | 3730 | 24,16% | 6306 | 28,50% |
| Terrugem | 2502 | 2611 | 5113 | 9,70% | 919 | 8,24% | 1979 | 12,99% | 2175 | 10,25% | 2507 | 13,37% |
| Águalva | 17024 | 18800 | 35824 | | 6757 | | 13956 | | 2409 | | 17355 | |
| Cacém | 10113 | 11176 | 21289 | | 4355 | | 8230 | | 1217 | | 10013 | |
| Mira Sintra | 2522 | 2758 | 5280 | | 849 | | 2060 | | 392 | | 2384 | |
| São Marcos | 8328 | 9084 | 17412 | | 4920 | | 6599 | | 678 | | 8144 | |
| TOTAIS | 180760 | 197077 | 377837 | 3,87% | 78709 | 0,83% | 144291 | 9,32% | 56901 | 10,04% | 182846 | 10,17% |

Fonte: INE, 2011

Quadro n.º 15 – População por Grupos Etários e Sexo

| Município de Sintra e freguesias | Total | | | 0 - 14 anos | | | 15 - 24 anos | | | 25 - 64 anos | | | 65 ou mais anos | | |
|--|--------|--------|--------|-------------|-------|-------|--------------|-------|-------|--------------|--------|--------|-----------------|-------|-------|
| | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M |
| Sintra | 377837 | 180760 | 197077 | 66635 | 33993 | 32642 | 43815 | 21997 | 21818 | 215149 | 102442 | 112707 | 52238 | 22328 | 29910 |
| Alqueirão-Mem Martins | 66250 | 31611 | 34639 | 12382 | 6259 | 6123 | 7539 | 3724 | 3815 | 38092 | 18134 | 19958 | 8237 | 3494 | 4743 |
| Almargem do Bispo | 8983 | 4407 | 4576 | 1384 | 709 | 675 | 918 | 468 | 450 | 4891 | 2422 | 2469 | 1790 | 808 | 982 |
| Belas | 26089 | 12689 | 13400 | 5258 | 2762 | 2496 | 2875 | 1453 | 1422 | 15335 | 7433 | 7902 | 2621 | 1041 | 1580 |
| Colares | 7628 | 3623 | 4005 | 1139 | 566 | 573 | 767 | 389 | 378 | 4149 | 2017 | 2132 | 1573 | 651 | 922 |
| Montelavar | 3559 | 1740 | 1819 | 534 | 273 | 261 | 379 | 194 | 185 | 1927 | 949 | 978 | 719 | 324 | 395 |
| Queluz | 26248 | 12182 | 14066 | 3866 | 2002 | 1864 | 2874 | 1473 | 1401 | 13850 | 6463 | 7387 | 5658 | 2244 | 3414 |
| Rio de Mouro | 47311 | 22572 | 24739 | 8985 | 4524 | 4461 | 5800 | 2909 | 2891 | 27150 | 12845 | 14305 | 5376 | 2294 | 3082 |
| Sintra (Santa Maria e São Miguel) | 9364 | 4411 | 4953 | 1394 | 709 | 685 | 991 | 506 | 485 | 5122 | 2438 | 2684 | 1857 | 758 | 1099 |
| São João das Lampas | 11392 | 5598 | 5794 | 1896 | 967 | 929 | 1104 | 565 | 539 | 6315 | 3096 | 3219 | 2077 | 970 | 1107 |
| Sintra (São Martinho) | 6226 | 2972 | 3254 | 889 | 456 | 433 | 707 | 363 | 344 | 3302 | 1614 | 1688 | 1328 | 539 | 789 |
| Sintra (São Pedro de Penaferrim) | 14001 | 7021 | 6980 | 2552 | 1295 | 1257 | 1556 | 800 | 756 | 8075 | 4155 | 3920 | 1818 | 771 | 1047 |
| Terrugem | 5113 | 2502 | 2611 | 784 | 402 | 382 | 538 | 255 | 283 | 2780 | 1379 | 1401 | 1011 | 466 | 545 |
| Pêro Pinheiro | 4246 | 2083 | 2163 | 599 | 305 | 294 | 454 | 238 | 216 | 2285 | 1139 | 1146 | 908 | 401 | 507 |
| Casal de Cambra | 12701 | 6168 | 6533 | 2493 | 1257 | 1236 | 1615 | 800 | 815 | 7242 | 3479 | 3763 | 1351 | 632 | 719 |
| Massamá | 28112 | 13390 | 14722 | 4616 | 2359 | 2257 | 3673 | 1891 | 1782 | 16845 | 7785 | 9060 | 2978 | 1355 | 1623 |
| Monte Abraão | 20809 | 9804 | 11005 | 3503 | 1838 | 1665 | 2498 | 1230 | 1268 | 11974 | 5546 | 6428 | 2834 | 1190 | 1644 |
| Aqualva | 35824 | 17024 | 18800 | 5592 | 2847 | 2745 | 4519 | 2283 | 2236 | 20719 | 9750 | 10969 | 4994 | 2144 | 2850 |
| Cacém | 21289 | 10113 | 11176 | 3748 | 1933 | 1815 | 2621 | 1269 | 1352 | 12086 | 5677 | 6409 | 2634 | 1234 | 1600 |
| Mira-Sintra | 5280 | 2522 | 2758 | 703 | 361 | 342 | 531 | 261 | 270 | 2458 | 1172 | 1286 | 1588 | 728 | 860 |
| São Marcos | 17412 | 8328 | 9084 | 4318 | 2169 | 2149 | 1856 | 926 | 930 | 10552 | 4949 | 5603 | 686 | 284 | 402 |

Fonte: INE, 2011

Quadro n.º 16 – População Segundo o Estado Civil Legal e Sexo

| Município de Sintra e Freguesias | Total | | | Solteiro | | | Casado | | | Divorçado | | | Viúvo | | |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|----------|-------|-------|--------|-------|-------|-----------|-------|-------|-------|------|-------|
| | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M | HM | H | M |
| Sintra | 377837 | 180760 | 197077 | 178135 | 90495 | 87640 | 152748 | 76045 | 76703 | 27059 | 10639 | 16420 | 19895 | 3581 | 16314 |
| Algueirão-Mem Martins | 66250 | 31611 | 34639 | 31847 | 16173 | 15674 | 26095 | 12961 | 13134 | 5033 | 1908 | 3125 | 3275 | 569 | 2706 |
| Almargem do Bispo | 8983 | 4407 | 4576 | 3542 | 1895 | 1647 | 4281 | 2153 | 2128 | 500 | 234 | 266 | 660 | 125 | 535 |
| Beias | 26089 | 12689 | 13400 | 12730 | 6436 | 6294 | 10494 | 5258 | 5236 | 1813 | 766 | 1047 | 1052 | 229 | 823 |
| Colares | 7628 | 3623 | 4005 | 3101 | 1596 | 1505 | 3332 | 1666 | 1666 | 556 | 246 | 310 | 639 | 115 | 524 |
| Montelavar | 3559 | 1740 | 1819 | 1384 | 746 | 638 | 1701 | 850 | 851 | 201 | 91 | 110 | 273 | 53 | 220 |
| Queluz | 26248 | 12182 | 14066 | 12184 | 6161 | 6023 | 9926 | 4945 | 4981 | 1970 | 711 | 1259 | 2168 | 365 | 1803 |
| Rio de Mouro | 47311 | 22572 | 24739 | 23359 | 11696 | 11663 | 18505 | 9189 | 9316 | 3366 | 1333 | 2033 | 2081 | 354 | 1727 |
| Sintra (Santa Maria e São Miguel) | 9364 | 4411 | 4953 | 3800 | 1963 | 1837 | 4133 | 2054 | 2079 | 730 | 270 | 460 | 701 | 124 | 577 |
| São João das Lampas | 11392 | 5598 | 5794 | 4785 | 2503 | 2282 | 5045 | 2526 | 2519 | 848 | 402 | 446 | 714 | 167 | 547 |
| Sintra (São Martinho) | 6226 | 2972 | 3254 | 2512 | 1303 | 1209 | 2781 | 1384 | 1397 | 415 | 191 | 224 | 518 | 94 | 424 |
| Sintra (São Pedro de Penaferrim) | 14001 | 7021 | 6980 | 6435 | 3475 | 2960 | 5935 | 2978 | 2957 | 928 | 436 | 492 | 703 | 132 | 571 |
| Terrugem | 5113 | 2502 | 2611 | 2035 | 1066 | 969 | 2395 | 1201 | 1194 | 322 | 153 | 169 | 361 | 82 | 279 |
| Pêro Pinheiro | 4246 | 2083 | 2163 | 1677 | 915 | 762 | 1920 | 966 | 954 | 275 | 114 | 161 | 374 | 88 | 286 |
| Casal de Cambra | 12701 | 6168 | 6533 | 6198 | 3145 | 3053 | 5321 | 2646 | 2675 | 670 | 290 | 380 | 512 | 87 | 425 |
| Massamá | 28112 | 13390 | 14722 | 13089 | 6572 | 6517 | 11777 | 5857 | 5920 | 2177 | 765 | 1412 | 1069 | 196 | 873 |
| Monte Abraão | 20809 | 9804 | 11005 | 10433 | 5248 | 5185 | 7658 | 3784 | 3874 | 1674 | 603 | 1071 | 1044 | 169 | 875 |
| Agualva | 35824 | 17024 | 18800 | 16778 | 8465 | 8313 | 14752 | 7353 | 7399 | 2418 | 900 | 1518 | 1876 | 306 | 1570 |
| Cacém | 21289 | 10113 | 11176 | 10036 | 5046 | 4990 | 8637 | 4287 | 4350 | 1545 | 601 | 944 | 1071 | 179 | 892 |
| Mira-Sintra | 5280 | 2522 | 2758 | 2246 | 1195 | 1051 | 2220 | 1096 | 1124 | 370 | 143 | 227 | 444 | 88 | 356 |
| São Marcos | 17412 | 8328 | 9084 | 9964 | 4896 | 5068 | 5840 | 2891 | 2949 | 1248 | 482 | 766 | 360 | 59 | 301 |

Fonte: INE, 2011

Quadro n.º 17 – População Segundo o Nível de Instrução Mais Elevado e Sexo

| Município de Sintra e Freguesias | Total | | Nenhum | | Básico | | | | | | Secundário | | Pós-secundário | | Superior | |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|-------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|------------|-------|----------------|------|----------|-------|
| | HM | H | HM | H | 1º Ciclo | | 2º Ciclo | | 3º Ciclo | | HM | H | HM | H | HM | H |
| | | | | | HM | H | HM | H | HM | H | | | | | | |
| Sintra | 377837 | 180760 | 65101 | 30189 | 74055 | 34072 | 49359 | 26542 | 75103 | 39026 | 64644 | 30247 | 6708 | 3776 | 42667 | 16908 |
| Algueirão-Mem Martins | 66250 | 31611 | 11662 | 5473 | 11639 | 5319 | 8683 | 4648 | 13871 | 7126 | 11963 | 5555 | 1242 | 692 | 7190 | 2798 |
| Almargem do Bispo | 8983 | 4407 | 1738 | 779 | 2619 | 1286 | 1249 | 715 | 1432 | 796 | 1122 | 508 | 115 | 56 | 708 | 267 |
| Belas | 26089 | 12689 | 5023 | 2345 | 4651 | 2236 | 3304 | 1837 | 4712 | 2495 | 4436 | 2161 | 421 | 233 | 3542 | 1382 |
| Colares | 7628 | 3623 | 1370 | 583 | 1681 | 774 | 846 | 450 | 1199 | 642 | 1166 | 562 | 201 | 105 | 1165 | 507 |
| Montelavar | 3559 | 1740 | 711 | 325 | 1076 | 526 | 454 | 269 | 571 | 308 | 466 | 209 | 52 | 26 | 229 | 77 |
| Quefuz | 26248 | 12182 | 4152 | 1862 | 6175 | 2604 | 3533 | 1839 | 5353 | 2713 | 4158 | 1945 | 400 | 242 | 2477 | 977 |
| Rio de Mouro | 47311 | 22572 | 8217 | 3790 | 8398 | 3815 | 6477 | 3454 | 10065 | 5305 | 8325 | 3820 | 811 | 465 | 5018 | 1923 |
| Sintra (Santa Maria e São Miguel) | 9364 | 4411 | 1415 | 643 | 1991 | 861 | 908 | 490 | 1529 | 801 | 1568 | 763 | 198 | 104 | 1755 | 749 |
| São João das Lampas | 11392 | 5598 | 2186 | 1008 | 2665 | 1317 | 1457 | 800 | 1950 | 1074 | 1666 | 769 | 249 | 134 | 1219 | 496 |
| Sintra (São Martinho) | 6226 | 2972 | 1062 | 463 | 1533 | 704 | 685 | 381 | 968 | 501 | 896 | 444 | 132 | 78 | 960 | 401 |
| Sintra (São Pedro de Penaferrim) | 14001 | 7021 | 2385 | 1149 | 2571 | 1293 | 1629 | 941 | 2309 | 1264 | 2196 | 1048 | 288 | 155 | 2623 | 1171 |
| Terrugem | 5113 | 2502 | 1071 | 480 | 1370 | 711 | 664 | 365 | 860 | 445 | 648 | 298 | 88 | 53 | 412 | 149 |
| Pêro Pinheiro | 4246 | 2083 | 805 | 363 | 1294 | 636 | 575 | 325 | 725 | 379 | 536 | 256 | 62 | 31 | 249 | 93 |
| Casal de Cambra | 12701 | 6168 | 2399 | 1127 | 3195 | 1569 | 1875 | 1045 | 2434 | 1251 | 1832 | 808 | 159 | 95 | 806 | 273 |
| Massamá | 28112 | 13390 | 3947 | 1873 | 4047 | 1839 | 3135 | 1644 | 5499 | 2822 | 5775 | 2830 | 593 | 344 | 5112 | 2038 |
| Monte Abraão | 20809 | 9804 | 3318 | 1622 | 3362 | 1467 | 2669 | 1354 | 4459 | 2185 | 3942 | 1892 | 393 | 219 | 2666 | 1065 |
| Agualva | 35824 | 17024 | 5501 | 2524 | 7510 | 3334 | 5064 | 2662 | 7826 | 4082 | 6215 | 2879 | 596 | 361 | 3112 | 1192 |
| Cacém | 21289 | 10113 | 3578 | 1621 | 4441 | 2005 | 3059 | 1634 | 4623 | 2376 | 3642 | 1659 | 338 | 203 | 1608 | 615 |
| Mira-Sintra | 5280 | 2522 | 1035 | 440 | 1657 | 732 | 688 | 369 | 990 | 546 | 581 | 280 | 74 | 40 | 255 | 115 |
| São Marcos | 17412 | 8328 | 3526 | 1719 | 2180 | 1044 | 2400 | 1320 | 3728 | 1914 | 3511 | 1561 | 296 | 150 | 1771 | 620 |

Fonte: INE, 2011

Anexo B – Criminalidade em Geral, Criminalidade Violenta e Grave e contra o Estado

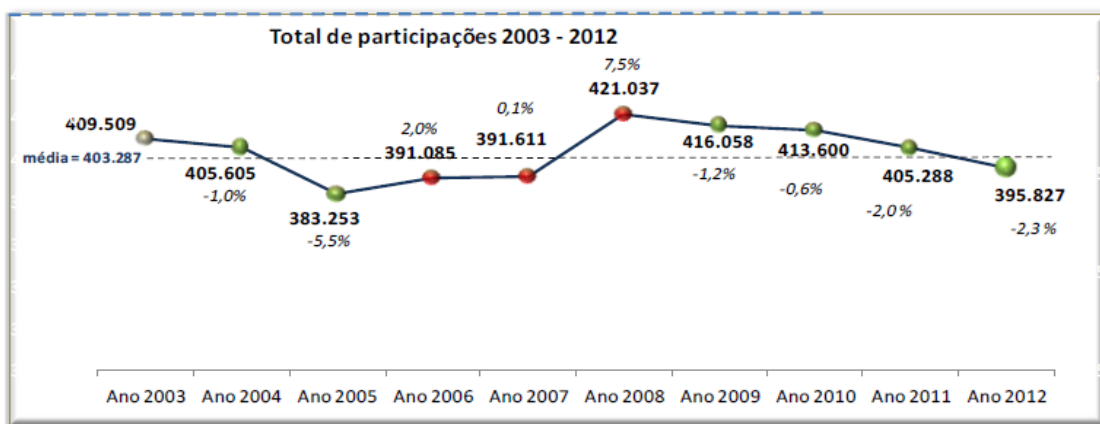


Figura n.º 22 – Criminalidade em Geral

Fonte: RASI, 2012

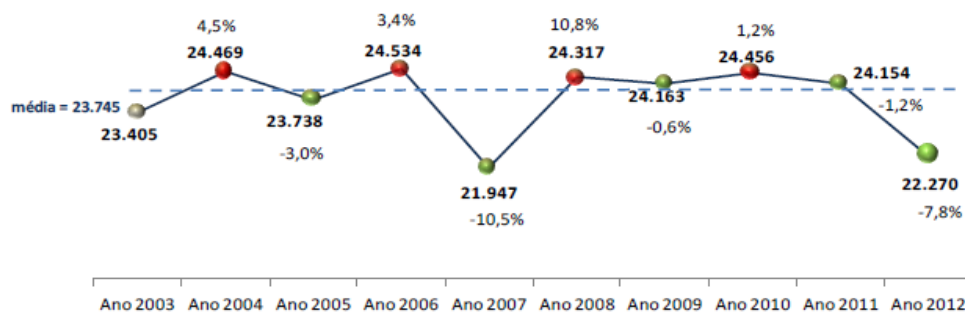


Figura n.º 23 – Criminalidade Violenta e Grave

Fonte: RASI, 2012



Figura n.º 24 – Crimes Contra o Estado

Fonte: RASI, 2012

Anexo C – Criminalidade em Geral, Criminalidade Violenta e Grave e contra o Estado Participada à GNR, no ano de 2012

Quadro n.º 18 – Criminalidade em Geral

| Distrito | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | TOTAL |
|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Aveiro | 1.417 | 1.442 | 1.634 | 1.410 | 1.517 | 1.494 | 1.607 | 1.613 | 1.533 | 1.436 | 1.290 | 1.277 | 17.670 |
| Beja | 277 | 289 | 353 | 289 | 376 | 326 | 433 | 354 | 330 | 290 | 240 | 267 | 3.824 |
| Braga | 1.349 | 1.389 | 1.581 | 1.205 | 1.330 | 1.138 | 1.378 | 1.572 | 1.468 | 1.244 | 1.189 | 1.196 | 16.039 |
| Bragança | 264 | 376 | 460 | 275 | 248 | 297 | 341 | 374 | 341 | 306 | 273 | 244 | 3.799 |
| Castelo Branco | 326 | 375 | 378 | 296 | 310 | 346 | 476 | 447 | 391 | 341 | 307 | 262 | 4.255 |
| Coimbra | 749 | 656 | 758 | 606 | 662 | 673 | 727 | 728 | 653 | 686 | 596 | 579 | 8.073 |
| Évora | 261 | 248 | 265 | 250 | 282 | 312 | 257 | 281 | 259 | 290 | 239 | 207 | 3.151 |
| Faro | 1.470 | 1.323 | 1.494 | 1.314 | 1.613 | 1.803 | 2.062 | 2.007 | 1.543 | 1.447 | 1.123 | 1.197 | 18.396 |
| Guarda | 263 | 286 | 321 | 258 | 269 | 248 | 330 | 409 | 282 | 286 | 228 | 262 | 3.442 |
| Leiria | 867 | 803 | 876 | 763 | 892 | 854 | 1.078 | 1.068 | 966 | 840 | 743 | 715 | 10.465 |
| Lisboa | 1.424 | 1.397 | 1.604 | 1.419 | 1.576 | 1.430 | 1.573 | 1.453 | 1.415 | 1.352 | 1.174 | 1.129 | 16.946 |
| Portalegre | 210 | 230 | 281 | 211 | 211 | 254 | 204 | 218 | 236 | 206 | 184 | 174 | 2.619 |
| Porto | 2.118 | 2.127 | 2.285 | 1.997 | 2.262 | 2.215 | 2.300 | 2.213 | 2.450 | 1.965 | 1.893 | 1.831 | 25.656 |
| Santarém | 1.028 | 1.059 | 1.144 | 947 | 1.104 | 1.023 | 1.151 | 1.196 | 1.008 | 1.013 | 947 | 944 | 12.564 |
| Setúbal | 1.586 | 1.595 | 1.675 | 1.362 | 1.704 | 1.564 | 1.547 | 1.681 | 1.573 | 1.533 | 1.489 | 1.552 | 18.861 |
| Viana do Castelo | 505 | 619 | 654 | 534 | 514 | 547 | 666 | 743 | 624 | 499 | 445 | 451 | 6.801 |
| Vila Real | 396 | 681 | 690 | 402 | 413 | 373 | 497 | 645 | 692 | 395 | 370 | 370 | 5.924 |
| Viseu | 534 | 647 | 652 | 535 | 716 | 646 | 717 | 757 | 632 | 558 | 581 | 617 | 7.592 |
| R. A. Açores | 11 | 6 | 4 | 5 | 7 | 6 | 3 | 3 | 4 | 9 | 7 | 6 | 71 |
| R. A. Madeira | 2 | 9 | 11 | 7 | 7 | 4 | 5 | 4 | 5 | 2 | 2 | 2 | 60 |
| TOTAIS | 15.057 | 15.557 | 17.120 | 14.085 | 16.013 | 15.553 | 17.352 | 17.766 | 16.405 | 14.698 | 13.320 | 13.282 | 186.208 |

Fonte: DI/CO/GNR

Quadro n.º 19 – Criminalidade Violenta e Grave

| Designação | AVEIRO | BEJA | BRAGA | BRAGANÇA | C. BRANCO | COIMBRA | ÉVORA | FARO | GUARDA | LEIRIA | LISBOA | PORTALEGRE | PORTO | SANTARÉM | SETÚBAL | V. CASTELO | M. LA REAL | M. B. S. | MADERA | AZORES | TOTAL |
|---|------------|-----------|------------|----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|----------|----------|--------------|
| Homicídio voluntário consumado | 1 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 6 | 2 | 0 | 2 | 6 | 0 | 0 | 0 | | | 20 |
| Ofensa à integridade física voluntária grave | 15 | 9 | 11 | 2 | 5 | 3 | 6 | 12 | 5 | 3 | 15 | 4 | 12 | 13 | 32 | 3 | 4 | 6 | | 1 | 161 |
| Rapto, sequestro e tomada de reféns | 5 | | 3 | 0 | 0 | 3 | 5 | 6 | 1 | 2 | 16 | 2 | 6 | 11 | 10 | 0 | 0 | 2 | | | 72 |
| Violação | 0 | 5 | 3 | 0 | 3 | 1 | 5 | 10 | 1 | 0 | 6 | 0 | 6 | 3 | 12 | 0 | 0 | 5 | | | 60 |
| Roubo por esticção | 129 | 9 | 94 | 0 | 11 | 28 | 11 | 238 | 13 | 80 | 197 | 20 | 276 | 145 | 236 | 10 | 8 | 14 | | | 1.519 |
| Roubo na via pública (excepto por esticção) | 66 | 6 | 50 | 1 | 11 | 10 | 6 | 166 | 5 | 19 | 113 | 8 | 109 | 52 | 256 | 12 | 6 | 14 | | | 910 |
| Roubo a residência | 22 | 7 | 43 | 1 | 7 | 8 | 7 | 27 | 12 | 33 | 35 | 11 | 40 | 31 | 59 | 5 | 6 | 15 | | | 369 |
| Roubo de viatura | 3 | | 3 | 0 | 1 | 2 | 2 | 4 | 0 | 5 | 15 | 0 | 6 | 7 | 21 | 0 | 0 | 0 | | | 69 |
| Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito | 2 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 | | | 12 |
| Roubo a tesouraria ou estação de correio | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 0 |
| Roubo a farmácias | 0 | | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 1 | | | 12 |
| Roubo a ourivesarias | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 | 7 | 0 | 3 | 3 | 20 | 1 | 1 | 0 | | | 43 |
| Roubo a posto de abastecimento de combustível | 2 | 4 | 8 | 0 | 0 | 2 | 0 | 5 | 0 | 1 | 19 | 1 | 5 | 9 | 14 | 1 | 0 | 1 | | | 72 |
| Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais | 3 | 2 | 10 | 0 | 0 | 2 | 0 | 12 | 0 | 3 | 46 | 1 | 20 | 11 | 56 | 1 | 1 | 3 | | | 171 |
| Roubo em estabelecimento de ensino | 0 | | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | | | 7 |
| Roubo em transportes públicos | 1 | | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 8 | 0 | 1 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 | | | 32 |
| Roubo a transportes de valores | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | | | 1 |
| Outros roubos | 15 | 5 | 8 | 0 | 1 | 4 | 6 | 12 | 2 | 10 | 22 | 4 | 19 | 10 | 29 | 4 | 0 | 4 | | | 155 |
| Extorsão | 3 | 2 | 7 | 0 | 6 | 0 | 2 | 4 | 3 | 4 | 5 | 1 | 7 | 3 | 4 | 1 | 1 | 2 | | 1 | 56 |
| Pirataria aérea/outros crimes contra a segurança da aviação civil | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 0 |
| Motim, instigação e apologia pública do crime | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 2 |
| Associação criminosa | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 1 |
| Resistência e coação sobre funcionário | 89 | 26 | 79 | 5 | 16 | 20 | 21 | 123 | 24 | 37 | 58 | 19 | 91 | 56 | 87 | 34 | 18 | 25 | 1 | 1 | 630 |
| Organizações terroristas e terrorismo nacional | 0 | | 0 | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 0 |
| Outras organizações terroristas e terrorismo internacional | 0 | | 0 | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 0 |
| TOTAIS | 357 | 76 | 327 | 9 | 61 | 83 | 73 | 628 | 66 | 197 | 576 | 73 | 606 | 360 | 669 | 72 | 45 | 92 | 1 | 3 | 4.574 |

Fonte: DI/CO/GNR

Quadro n.º 20 – Crimes Contra o Estado – Total Nacional

| Ano | | | 2012 | 2011 | 2010 | |
|-------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------|
| Tipo de Crime (Nível 1) | Tipo de Crime (Nível 2) | Tipo de Crime (Nível 3) | Nº Crimes | Nº Crimes | Nº Crimes | |
| (CP) Contra o Estado | Contra a soberania nacional | > | 0 | 0 | 0 | |
| | | Contra real. Estado de Direito | > | 1 | 0 | 23 |
| | | | > | 6 | 1 | 0 |
| | Eleitorais | > | 1 | 11 | 0 | |
| | | Contra a autoridade pública | > | 830 | 799 | 759 |
| | | | > | 1.572 | 1.803 | 1.780 |
| | | | > | 4 | 1 | 13 |
| | | | > | 39 | 19 | 19 |
| | | | > | 16 | 24 | 16 |
| | | | > | 297 | 300 | 338 |
| | Contra a realização da justiça | > | 31 | 25 | 23 | |
| | | > | 0 | 0 | 1 | |
| | | > | 1 | 0 | 0 | |
| | | > | 1 | 0 | 0 | |
| | Comet. exerc. funções públicas | > | 33 | 24 | 43 | |
| | | > | 5 | 8 | 7 | |
| | | > | 16 | 6 | 4 | |
| | | > | 6 | 14 | 29 | |
| | Outros contra o Estado | > | 7 | 9 | 25 | |
| | | > | 17 | 38 | 24 | |
| Total Nacional | | | 2.883 | 3.082 | 3.104 | |

Fonte: DI/CO/GNR

Quadro n.º 21 – Crimes Contra o Estado – Distrito de Lisboa

| Ano | | | 2012 | 2011 | 2010 |
|-------------------------|--------------------------------|-------------------------|------------|------------|------------|
| Tipo de Crime (Nível 1) | Tipo de Crime (Nível 2) | Tipo de Crime (Nível 3) | Nº Crimes | Nº Crimes | Nº Crimes |
| (CP) Contra o Estado | Contra real. Estado de Direito | > | 1 | 0 | 2 |
| | | > | 2 | 1 | 0 |
| | Contra a autoridade pública | > | 58 | 76 | 68 |
| | | > | 155 | 196 | 233 |
| | | > | 0 | 0 | 10 |
| | | > | 0 | 1 | 1 |
| | | > | 1 | 2 | 1 |
| | | > | 21 | 14 | 16 |
| | Contra a realização da justiça | > | 0 | 4 | 0 |
| | | > | 1 | 0 | 2 |
| | Comet. exerc. funções públicas | > | 0 | 1 | 2 |
| | | > | 0 | 1 | 8 |
| | | > | 0 | 2 | 5 |
| | Outros contra o Estado | > | 1 | 1 | 1 |
| Total Lisboa | | | 240 | 299 | 349 |

Fonte: DI/CO/GNR

Anexo D – A Criminalidade no Destacamento Territorial de Sintra

Quadro n.º 22 – Criminalidade Geral

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|
| SubdTer Alcabideche | | 2156 | 1845 |
| SubdTer Sintra | | 2350 | 2018 |
| PTer Colares | | 607 | 641 |
| PTer P. Pinheiro | | 1114 | 981 |
| Nic Sintra | | 11 | 12 |
| TOTAL | 5639 | 6238 | 5497 |

Fonte: DTer Sintra

Quadro n.º 23 – Criminalidade Violenta e Grave

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|---------------------|------------|------------|------------|
| SubdTer Alcabideche | | 127 | 90 |
| SubdTer Sintra | | 109 | 83 |
| PTer Colares | | 8 | 14 |
| PTer P. Pinheiro | | 30 | 31 |
| TOTAL | 192 | 274 | 218 |

Fonte: DTer Sintra

Quadro n.º 24 – Crimes Contra o Património

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| FURTO EM RESIDÊNCIA | | 677 | 849 |
| FURTO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL | | 483 | 560 |
| FURTO DE VEÍCULO | | 236 | 220 |
| FURTO EM VEÍCULO | | 1048 | 795 |
| FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS | | 0 | 235 |
| OUTROS FURTOS | | 847 | 212 |
| ROUBO POR ESTICÃO | | 59 | 73 |
| ROUBO A RESIDÊNCIA | | 17 | 15 |
| OUTROS ROUBOS | | 13 | 4 |
| OUTROS CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO | | 1 | 2 |
| TOTAL | 3485 | 3381 | 2965 |

Fonte: DTer Sintra

Quadro n.º 25 – Violência Doméstica

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|--------------------|------------|------------|------------|
| SudTer Alcabideche | | 160 | 97 |
| SudTer Sintra | | 114 | 55 |
| PTer Colares | | 28 | 26 |
| PTer P. Pinheiro | | 52 | 36 |
| TOTAL | 357 | 354 | 214 |

Fonte: DTer Sintra